Revista da

ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) e da ADB Sindical
Ano XXII nº 101 • Janeiro a Dezembro de 2020

O Itamaraty e a pandemia: tradição e reinvenção face a um mundo novo

CRÔNICA
Um bicampeão olímpico no Itamaraty

ESPAÇO DA FAMÍLIA
Português sempre como primeira língua

ADB amplia convênios com instituições de ensino

A carteira de convênios da ADB foi reforçada na primeira semana de outubro. A Associação firmou parceria com o Colégio Maria Imaculada, em Brasília, que concederá descontos de 15% para educação infantil e de 10% para o ensino fundamental.

Colégio Maria Imaculada
cmidf.com.br | (61) 3248-4768

Confiram os convênios com outros estabelecimentos de ensino.

Escola das Nações – School of the Nations
SIS Swiss International School
The British School of Brasilia – World Class Education
ifesp
Creche e Pré-Escola Cabo Frio
Escola Canarinho
Colégio Sérios
Escolas Pedacinho do Céu

Acesse o site da ADB (abd.org.br) e obtenha mais informações sobre os convênios com outras empresas de saúde, hotéis e pousadas, locadoras de carro, academias de ginástica, restaurantes e escritório de advocacia.

DIRETORIA DA ADB

Presidente – Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Vice-presidente – Embaixador Fábio Mendes Marzano
Diretora Administrativo – Secretária Ana Paula Kobe
Diretora Parlamentar – Secretária Daniele Luz
Diretor de Estudos e Pesquisas – Conselheiro Eduardo Pereira e Ferreira
Diretor Jurídico – Secretário Thiago Couto Carneiro
Diretor Financeiro – Secretário Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos
Diretora de Comunicação – Secretária Clarissa Alves Machado
Diretor de Eventos – Secretário Matheus Freitas Rocha Bastos

CONSELHO FISCAL

Presidente – Conselheiro João Zicardi Navajas
Conselheiro Gustavo de Sá Duarte Barboza
Secretária Camila Serrano Giunchetti Pio da Costa

SECRETARIADO

Jacqueline Francisca da Cruz – Assistente administrativa
Danielle de Sousa Sabiá – Assistente administrativa

EXPEDIENTE/SUMÁRIO

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) e da ADB Sindical
Ano XXII – Nº 101 | Edição Janeiro a Dezembro de 2020
ISSN 0104–8503

CONSELHO EDITORIAL
Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Terceira-Secretária Clarissa Alves Machado

TEXTOS
Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro
Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Ministro Alan Séllos
Ministro Pablo Duarte Cardoso
Conselheiro Bernardo Penha Brasil
Primeiro-Secretário Paulo Cezar Rotella Braga
Terceira-Secretária Clarissa Alves Machado
Vânia Vilalva
Andrea C. T. Wanderley

PRODUÇÃO EDITORIAL
Ronaldo de Moura

EDIÇÃO E REVISÃO
Ronaldo de Moura

CAPA
Pexels

PROJETO GRÁFICO
Wagner Ulisses / Cristian Lisboa

DIAGRAMAÇÂO
Cristian Lisboa

IMPRESSÃO
Athalaia Gráfica e Editora

TIRAGEM
2.500 exemplares

04 CARTA AOS(ÀS) ASSOCIADOS(AS)
05 GESTÃO EM FOCO
12 PELO MUNDO
14 ESPAÇO DA FAMÍLIA
16 MATÉRIA DE CAPA
30 LITERATURA
33 HOMENAGEM
34 CRÔNICA
38 ARTES
45 HOMENAGEM
46 HUMOR

Saber renovar-se

Caros leitores(as) e queridos(as) colegas,

Na última ocasião em que escrevi essas linhas, à guisa de editorial, na centésima edição da **Revista da ADB**, o mundo estava bastante diferente. Máscaras não eram item mandatório da nossa indumentária, eventos sociais eram parte da rotina e viajar de avião não tinha ares de operação extraordinária.

Os novos tempos nos exigiram adaptação: seguimos uma das mais nobres tradições do Itamaraty, que é saber renovar-se. Eu, pessoalmente, comecei a utilizar com frequência plataformas de videoconferência para realizar reuniões à distância. Nossa primeira assembleia geral em modelo virtual, organizada em 26 de agosto último, também se inscreve nesses esforços de adaptação a tempos excepcionais. Tudo isso para assegurar a continuidade dos trabalhos à frente da presidência da ADB.

Nesse contexto, agradeço, mais uma vez, em meu nome e em nome da diretoria, as inúmeras mensagens de congratulações pela eleição da chapa que liderei para o próximo biênio. Foi comovente receber as diversas manifestações de apoio e constatar a confiança depositada na equipe que conduziu a associação e o sindicato nestes últimos dois anos.

Apesar dos desafios trazidos pela pandemia, a ADB Sindical não parou: nas próximas páginas, detalhamos algumas das ações realizadas nos últimos meses, visando defender os interesses da carreira e promover a imagem dos(as) diplomatas brasileiros(as).

Destaco, nesse sentido, a primeira rodada de webinars, em que discutimos temas de perene interesse para a diplomacia brasileira, convidando ao debate não apenas ilustres membros da casa, mas também congressistas e formadores de opinião de espectro político diverso.

Enfatizo também as várias gestões junto à Administração e ações ajuizadas para buscar o atendimento aos pleitos de diplomatas em diferentes fases da carreira, como as ações sobre auxílio-creche e sobre o impacto da Reforma da Previdência sobre as contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), além das tratativas referentes à questão do abate-teto.

Seguimos buscando o ideal de manter uma gestão equilibrada, atenta às múltiplas vozes e perspectivas presentes no Itamaraty. Sempre seremos firmes quando a necessidade de defender a carreira se apresentar, e acreditamos que a construção de pontes e a promoção do diálogo é parte indissociável desse processo.

Percebemos, com alegria, o maior interesse e engajamento dos(as) associados(as) nos temas da ADB nos últimos meses, o que é muito positivo: traz riqueza de opiniões aos debates e melhor orienta nossas decisões e ações. Reforço o convite para que os(as) diplomatas que ainda não se associaram à ADB o façam, para que possam agregar a essas discussões.

Findo esta carta aos(às) associados(as) fazendo votos para que 2021 nos traga dias melhores. Boa leitura!

Embaixadora **Maria Celina de Azevedo Rodrigues**, Presidente da ADB e da ADB Sindical

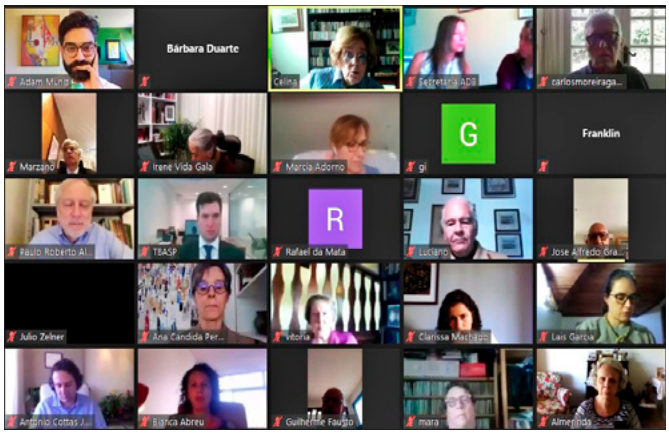
ADB Divulgação

1ª Assembleia Virtual da ADB

No dia 26 de agosto, foi realizada a XXVI Assembleia Geral Ordinária da ADB, a primeira em formato virtual nos 30 anos de existência da associação, que há três anos obteve também o *status* de sindicato. Presidida pela embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, a reunião contou com a participação direta e indireta (via procuração) de 125 associados.

O Estatuto da Associação passou por mudanças: a divulgação e a valorização da imagem da diplomacia e a valorização e a promoção da diversidade e da representatividade da carreira passam a ser objetivos explícitos da ADB. Também se criou a possibilidade de participação da ADB em trabalhos voluntários e projetos de interesse público, inclusive por meio de doações, mediante referendo de pelo menos 2/3 dos diretores executivos. Essas e outras inovações foram aprovadas por unanimidade pelos associados.

A assembleia elegeu, ainda, o(a)s novo(a)s dirigentes e conselheiros(as) fiscais, que integraram chapa única, para o biênio 2021-2022. O mandato dos eleitos por aclamação dos presentes e por 24 votos pelo site da ADB terá início em 22 de novembro de 2020 e terminará em 22 de novembro de 2022.



ADB Divulgação

Confiram o(a)s novo(a)s integrantes da Diretoria Executiva

Presidente: embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues

Vice-presidente: embaixador Fabio Mendes Marzano

Diretora Administrativa: conselheira Ana Paula de Almeida Kobe

Diretor Jurídico: secretário Thiago Couto Carneiro

Suplentes: secretária Valeria Mendes Costa e secretário Daniel Tavares Vidal

Diretora Parlamentar: secretária Daniele Farias Luz

Suplente: secretário Luiz Felipe Rosa dos Santos

Diretor de Estudos e Pesquisa: conselheiro Francisco Eduardo Novello

Suplente: secretária Bianca Xavier de Abreu

Diretor Financeiro: secretário Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos

Suplente: secretário Raphael Azevedo França

Diretora de Comunicação: secretária Clarissa Alves Machado

Suplente: secretário Adam Jayme Muniz

Diretor de Eventos: secretário Matheus Freitas Rocha Bastos

Confiram o(a)s novo(a)s membros do Conselho Fiscal

Secretário Ricardo Martins Rizzo

Secretária Lais Monteiro Pontes da Silva

Secretária Lais de Souza Garcia

Suplentes do Conselho Fiscal

Secretário Romero Gonçalves Ferreira Maia Filho

Secretária Clarissa Maria Forecchi Gloria

A ata na íntegra da XXVI Assembleia Geral Ordinária da ADB está disponível na área reservada aos(às) associados(as) no site da associação e do sindicato: **adb.org.br**.

Ações da ADB Sindical

Abate-Teto

A ADB e a ADB Sindical avaliam que a forma de aplicação do abate-teto nos salários recebidos no exterior é injustificável e penaliza os diplomatas que estão servindo fora do país, além de ser juridicamente inconsistente. Esta dinâmica tem sido extremamente prejudicial ao planejamento dos servidores e de suas famílias, que continuam realizando seus pagamentos em moeda forte independentemente das oscilações cambiais havidas no Brasil.

A ADB vem realizando gestões sobre o tema junto à Administração, que informou estar trabalhando em uma fórmula para buscar superar o problema. Outras gestões vêm sendo feitas junto a outros órgãos de governo potencialmente envolvidos na questão. Nestes diálogos os(as) dirigentes têm prestado esclarecimentos sobre as especificidades da carreira diplomática e as razões pelas quais não procede a atual aplicação do teto remuneratório do serviço público no exterior.

A Associação e Sindicato já acionaram, paralelamente, o escritório Torreão para avaliar alternativas, caso não seja possível alcançar uma solução favorável pela via administrativa.

Reforma da Previdência

A ADB Sindical ajuizou ação em benefício dos diplomatas que contribuem para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Esta medida trata das alíquotas progressivas de contribuição previdenciária, que foram instituídas pela Emenda Constitucional 103/2019.

A Justiça Federal já proferiu decisão que suspendeu o feito até o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6254, 6255, 6258 e 6271, contra a qual se interpôs agravo. Em 23/04/2020, a ADB Sindical requereu a retratação, com esteio em decisões proferidas pela 9ª Vara em sentido contrário e, em 6/7/2020, a União contestou esta decisão.

Comunicação e imprensa

A ADB mantém sua política de fortalecer a imagem da carreira diplomática por meio de ações sistemáticas de comunicação, como campanhas nas redes sociais, publicação de artigos em veículos da grande mídia, participação e organização de eventos, além de promoção de iniciativas de responsabilidade social.

Freepik

Pecúnia / Licenças-prêmio

Em agosto, foi liberado o pagamento para o grupo 8 dos valores decorrentes da ação ajuizada para assegurar o direito à pecúnia pelas licenças-prêmio não usufruídas.

Ponto eletrônico

Depois de sucessivas tentativas pela via administrativa para buscar a adequação da Portaria nº 888/2017 à realidade dos diplomatas, a ADB Sindical propôs ação coletiva para impugnar o registro de frequência por ponto eletrônico. A ação requereu a imediata suspensão do ponto eletrônico para os(as) diplomatas ou, ao menos, a exclusão dos artigos. 15 e 18 da Portaria, de modo que todas as horas excedentes possam ser lançadas e efetivamente compensadas nos meses seguintes. Foi proferida sentença de improcedência, à qual opusemos embargos de declaração que aguardam apreciação.

Auxílio-creche

A ADB Sindical propôs ação coletiva sobre a ilegalidade do sistema coparticipativo de auxílio pré-escolar, com previsão de devolução de valores descontados no quinquênio anterior à propositura da demanda. Foram iniciadas tratativas extrajudiciais de acordo com a União, razão pela qual o processo foi suspenso por 90 dias.

Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço (GETS)

A assessoria jurídica da ADB Sindical também ajuizou ação coletiva a respeito do pagamento retroativo da Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço (GETS). Contudo, o pedido de tutela de urgência requerido na petição inicial foi indeferido e, em 17/6/2020, a União juntou contestação aos autos do processo.

Artigos na imprensa

No contexto de comemoração do Dia do Diplomata, a ADB Sindical publicou artigo no jornal El País, no dia 20 de abril. O texto “Os desafios de servir o país em tempos de covid-19 e a reconstrução da ordem mundial”, de autoria da presidente da associação, embaixadora Maria Celina, está disponível no link bit.ly/adbelpais.

Ainda no campo das relações com a imprensa, destacaram-se as publicações dos artigos “Diversidade também é sinônimo de boa diplomacia”, veiculado em 8/3 no jornal O Globo (disponível em bit.ly/adboglobo_diversidade); “Covid-19: o compromisso dos diplomatas brasileiros no combate à epidemia e na defesa dos nacionais”, publicado no Estadão em 24/3 (disponível em bit.ly/adbestadao_covid); e “Diplomacia solidária para o pós-pandemia”, publicado também no Estadão em 18/8 (disponível em tinyurl.com/adbsolidaria), todos de autoria da presidente da ADB.

#Orgulhodeserdiplomata

Entre os dias 17 e 21 de abril, as redes sociais da ADB Sindical celebraram o Dia do Diplomata. As publicações abordaram temas como a criação do Instituto Rio Branco, a importância do Barão do Rio Branco e o papel dos diplomatas. Sob o contexto da pandemia, foi reforçada a campanha #OrgulhoDeSerDiplomata, com as publicações e um vídeo colaborativo, que contou com a participação de diversos colegas nos mais diferentes estágios da carreira. As inserções movimentaram as redes com parabenizações e geraram grande engajamento. O vídeo está disponível na página do Instagram da ADB Sindical e você pode acessar pelo link: bit.ly/35RlFEj.

Freepik

Entrevista para a ADEP

A presidente da ADB/Sindical também foi entrevistada, em 03/7, pelo embaixador Julio Duarte van Humbeck, presidente da Asociación de Funcionarios de la Carrera Diplomática y Consular do Paraguay (ADEP). O tema em pauta foi a "La gestión diplomática en tiempos de COVID19. Pensar la post pandemia: El papel del/de la Diplomático/a como funcionario de Estado - Diplomacia professional" e o conteúdo da entrevista está disponível em: bit.ly/3hHLtF6.

Podcasts "Histórias da diplomacia"

Desde janeiro a ADB vem publicando, em parceria com a InPress Oficina, uma série de podcasts entrevistando diplomatas e personalidades públicas sobre temas de interesse da carreira.

No primeiro podcast, publicado em janeiro, a embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues contou um pouco das suas experiências na diplomacia e na condução da ADB. Já a edição publicada em fevereiro entrevistou os colegas que atuaram na operação para repatriar brasileiros retidos na província chinesa de Wuhan, epicentro da pandemia de Covid-19.

Esses e outros episódios estão disponíveis no Spotify. Basta baixar o aplicativo gratuitamente e buscar "Histórias da Diplomacia". Os conteúdos também podem ser acessados no endereço spoti.fi/35SFkUn.

Podcast da Academia Brasileira de Letras

A presidente Maria Celina de Azevedo Rodrigues e o diretor de Comunicação Adam Jayme Muniz participaram, em 14/7, de mesa-redonda da Academia Brasileira de Letras em sobre o tema "O mundo pós pandemia: a retomada do diálogo global", apresentada pelo ex-chanceler Celso Lafer. O podcast está disponível em bit.ly/3iOXN7L.

Campanha "Educação na Palma da Mão"

A ADB promoveu, em agosto (25), a entrega de doações de celulares, tablets e laptops para escolas públicas do Distrito Federal, com o objetivo de viabilizar o ensino a distância em tempos de pandemia. Cinco unidades foram beneficiadas pela iniciativa, em parceria com os professores.

"Eu acho que falo por todos os diplomatas que participaram da campanha: nós nos sentimos extremamente felizes porque é uma forma de estarmos perto apesar da distância física. A gente deseja que esses equipamentos sejam usados por essas crianças para ajudá-las a realizar os seus sonhos, e quem sabe algumas delas não se tornam colegas no futuro?", afirmou a primeira-secretária Camila Giunchetti, que capitaneou a iniciativa.

A campanha arrecadou cerca de 100 aparelhos eletrônicos, que permitirão aos alunos se conectarem às aulas on-line. O projeto teve como ponto de partida a convicção do poder transformador da educação e contou com ampla participação de associados(as) da ADB.

O registro da entrega das doações está disponível no Canal da ADB no YouTube, em tinyurl.com/adbnoyoutube.

ADB Divulgação

Clipping de notícias

A ADB vai contratar serviço de clipping de notícias nacionais e internacionais para circular entre os(as) associados(as). Devido à abrangência e complexidade dos temas de interesse de trabalho dos diplomatas, este serviço será prestado, provisoriamente, por meio de uma seleção de notícias mais geral e simplificada. Após a finalização da modelagem deste produto, será contratado um serviço mais completo.

Os (as) interessados(as) devem encaminhar mensagem para secretaria@adb.org.br informando como preferem receber o clipping (via grupo de WhatsApp e/ou e-mail).

1ª rodada de webinars

Em parceria com a InPress Oficina, a Associação e o Sindicato dos Diplomatas Brasileiros realizaram, em junho e julho, uma série de webinars sobre temas de relevo para o serviço exterior do Brasil. Esses encontros virtuais reuniram diplomatas, congressistas e formadores de opinião e discutiram temas importantes como repatriação, diplomacia cultural, meio ambiente, soft power, cooperação em ciência e saúde.

Webinar 1 - Repatriação de brasileiros durante a pandemia

Participação da embaixadora Gisela Padovan, cônsul-geral do Brasil em Madri; do secretário de Relações Internacionais da Câmara, deputado Alex Manente; e do presidente do Conselho de Cidadãos Brasileiros no Porto, em Portugal, Victor Barros. Mediação de Patrícia Marins, da InPress Oficina.

Webinar 3 - O papel da diplomacia na retomada econômica

Participação do embaixador Pedro Luiz Rodrigues; do senador Tasso Jereissati; e da jornalista Elena Landau, economista e advogada, sócia do escritório Sérgio Bermudes Advogados. Mediação de Giovanna Jardim, da InPress Oficina.

Webinar 5 - Cooperação Internacional em Ciência e Saúde: o papel da diplomacia

Participação da conselheira Marise Ribeiro Nogueira, médica de formação; da senadora Zenaide Maia, médica infectologista; e do deputado Alexandre Padilha, médico infectologista. Mediação de Giovanna Jardim, da InPress Oficina.

Webinar 7 - Os desafios da diplomacia para a atração de investimentos

Participação do embaixador José Alfredo Graça Lima, da economista Sandra Rios, da secretária especial do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), Martha Seillier, e do senador Antonio Anastasia. Mediação de Giovanna Jardim, da InPress Oficina.

A contribuição da diplomacia para a retomada econômica, a atração de investimentos, a promoção dos direitos humanos e a construção da realidade internacional no mundo pós-pandemia também foram pautados pelos organizadores nestas webinars.

Confiram, abaixo, os vídeos com cerca de uma hora de duração, que originalmente foram exibidos no Facebook e atualmente estão disponíveis no canal da ABD Sindical no YouTube (tinyurl.com/adbnoyoutube).

Webinar 2 - A diplomacia no pós-pandemia: desafios e oportunidades

Participação do embaixador Marcos Caramuru; Cristina Inoue, professora associada do Instituto de Relações Internacionais e pesquisadora sênior do Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília; e do deputado Marcel van Hattem, especialista em Relações Internacionais. Mediação de Miriam Moura, da InPress Oficina.

Webinar 4 - Diplomacia e soft power: a imagem do Brasil em tempos de pandemia

Participação do embaixador Roberto Abdenur; do deputado Luiz Philippe de Orléans e Bragança; e do jornalista Alexandre Garcia. Mediação de Giovanna Jardim, da InPress Oficina.

Webinar 6 - A diplomacia na promoção dos Direitos Humanos

Participação do embaixador José Augusto Lindgren; do senador Fabiano Contarato; e do defensor público-geral federal Gabriel Faria de Oliveira. Mediação de Giovanna Jardim, da InPress Oficina.

Webinar 8 - Diplomacia Cultural

Participação do embaixador Marcos Azambuja; de Fernanda Feitosa, diretora e fundadora da SP-Arte; e do secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Sérgio Sá Leitão. Mediação de Giovanna Jardim, da InPress Oficina.

Conheça o Serviço Exterior da Côte d'Ivoire

Nesta edição, a **Revista da ADB** entrevistou o encarregado de negócios da Côte d'Ivoire no Brasil, conselheiro Lamine Kanté, para conhecer a constituição e o funcionamento do *Ministère des Affaires Etrangères*, que completará 60 anos de existência no próximo ano.

Historicamente, a República da Côte d'Ivoire é uma das nações mais influentes no contexto africano, sobretudo entre os países da costa ocidental, fato que se deve, em grande medida, à constituição de uma chancelaria bastante profissional, formada na Escola Nacional de Administração, em Abidjã.

Os diplomatas marfinenses também são peça fundamental na promoção comercial do país. Dotado de território inteiramente localizado na zona tropical e com extensão similar à do estado do Maranhão, a Côte d'Ivoire é um grande produtor agrícola, destacando-se pela liderança mundial no cultivo de cacau.

Quando foi fundado o Serviço Exterior da Côte d'Ivoire e qual é sua estrutura?

O *Ministère des Affaires Etrangères* (MAE) da Côte d'Ivoire foi criado em 3 de janeiro de 1961, um dia após a independência do país, pelo presidente da República e ministro de Relações Exteriores Félix Houphouët Boigny, nosso primeiro presidente da República. De acordo com o Decreto 2016-21, de 27 de janeiro de 2016, relativo às atribuições dos membros do governo, o MAE é responsável pela implementação e monitoramento da política externa marfinense. Segundo o Decreto 2018-236, de 28 de fevereiro de 2018, o Ministério conta com um gabinete, uma secretaria geral, uma inspetoria geral, diretorias gerais, diretorias centrais, e serviços centrais e exteriores.

Qual é o número de missões e de funcionários diplomáticos?

Em 2017, o MAE dispunha de 1.598 servidores, incluindo 26,9% de diplomata de carreira, 35,8% de servidores interministeriais e 37% de funcionários contratuais. No exterior, a rede diplomática e consular é composta por 48 Embaixadas, seis representações permanentes, três Consulados gerais e 142 Consulados honorários.

Existe um corpo fixo de funcionários que permanece na capital do país?

Com exceção dos diplomatas de carreira, todos os demais, especialmente os funcionários públicos interministeriais, devem trabalhar na Côte d'Ivoire. No entanto, por requisição de serviço, outros funcionários podem ser designados para trabalhar no exterior, caso seja necessário.

Como é a seleção e admissão dos diplomatas?

A seleção, em princípio, é feita por meio de um concurso muito seletivo. Em seguida, há um rigoroso treinamento de dois anos de duração na Escola Nacional de Administração (ENA). Eventualmente, o Estado pode selecionar determinados funcionários para ingressar na diplomacia, com base na experiência profissional dos mesmos e à luz de necessidades do serviço.

Há uma academia/curso de formação diplomática?

Localizada em Abidjã, a ENA é a única escola que oferece treinamento para diplomatas de carreira. Um dos planos do governo marfinense é a criação de um "instituto diplomático" em Yamoussoukro, a capital política do país.

Quais são as disciplinas estudadas?

São estudadas diversas disciplinas como direito internacional público; direito internacional público privado; técnicas de escrita para documentos diplomáticos; prática diplomática e consular, privilégios e imunidades diplomáticas; política externa da Côte d'Ivoire; questões globais e geopolíticas; conhecimento das Nações Unidas e organizações do Sistema das Nações Unidas; conhecimento das organizações internacionais regionais; técnicas de negociações internacionais e geoestratégicas; técnicas de negociações comerciais; relações internacionais; idiomas (inglês, árabe, espanhol); gestão de organizações públicas, entre outras.

Como é o sistema para alocar os diplomatas nos postos?

Este é o processo de remoção (*mouvement diplomatique*) que consiste na realocação regular e estatutária de diplomatas entre a administração central (Abidjã) e as missões diplomáticas

Divulgação

Alassane Ouattara, atual presidente da Côte d'Ivoire

ou postos consulares, por um lado, e entre as missões diplomáticas ou postos consulares, por outro. É realizado todos os anos, entre os meses de fevereiro e julho. A indicação (*affectation*) é a designação, por um ato administrativo, de um diplomata que atua na administração central (Abidjã) para ocupar um cargo em uma missão diplomática ou posto consular.

Para esse fim, o diplomata precisa ter cumprido um tempo mínimo de três anos no departamento central e atender aos requisitos do comitê de indicação. A duração da permanência do diplomata designado para uma missão diplomática é de cinco anos a partir da data de entrada em serviço.

Há treinamento específico para questões como idiomas, desastres naturais, terrorismo, contra-inteligência?

Ao nível da ENA, a formação é geral e abrange todas as áreas relevantes das relações internacionais e geopolíticas. Por essa razão, não há treinamento específico para idiomas, desastres naturais, terrorismo e contra-espionagem.

Quais são os direitos que os diplomatas têm quando estão servindo no exterior?

No exterior, diplomatas da Côte d'Ivoire gozam de alguns direitos e vantagens, como, por exemplo, alojamento gratuito, cobertura médica completa, custeio das mensalidades escolares para crianças, custeio de certas despesas de transporte, e custeio de certas despesas domésticas (eletricidade, gás etc.).

Há especialização de diplomatas em diferentes funções (por exemplo, diplomacia consular, diplomacia comercial, etc.)? Ou a formação tende a ser generalista, como a brasileira?

Na diplomacia marfinense, a formação também é generalista.

Quais são as condições para as viagens a serviço dos diplomatas?

As viagens de diplomatas são autorizadas no âmbito de missões oficiais (reuniões e conferências internacionais, reuniões bilaterais, missões de inspeção, destacamento no exterior). Os serviços da Presidência da República e do Primeiro Ministro assumem a responsabilidade de autorizar ao deslocamento para fora do território nacional das delegações de diplomatas. As viagens ao exterior são totalmente cobertas pelo orçamento do Estado (transporte, acomodação e diárias).

Qual o papel desempenhado pelos contratados locais? Como é calculado o número de vagas para essas funções?

A equipe local é a equipe de apoio, que auxilia diplomatas diariamente na implementação da política externa da Côte d'Ivoire. O número de contratados depende dos requisitos de serviço (prioridade do Ministério das Relações Exteriores, ou seja, da sede e das Embaixadas) e das restrições orçamentárias do Estado.

Há políticas de gênero para reduzir o desequilíbrio entre homens e mulheres no acesso às promoções? Há políticas de ações afirmativas?

Nunca se implementou uma política de cotas; no entanto, temos assistido à inclusão da questão de gênero na distribuição de papéis e responsabilidades. Em 2017, a força de trabalho geral do Ministério das Relações Exteriores era de 1.598 pessoas, sendo que 66% das quais eram mulheres.

Há um sindicato ou uma associação de diplomatas em seu país?

Existe uma associação chamada União dos Diplomatas da Côte d'Ivoire (UDC-CI).

Quais são as regras para a aposentadoria dos diplomatas em seu país? Há limite de idade para ingresso à carreira e limite para exercício da profissão?

A idade de aposentadoria dos diplomatas é, em princípio, 65 anos, e o limite de idade para entrar na carreira diplomática é de 40 anos.

O português sempre como primeira língua*

Tenho notado que há, na comunidade brasileira, uma certa preocupação quanto à necessidade de que as nossas crianças, ao entrarem para a escola, adotem o inglês como primeira língua, em prejuízo do português. Muitas vezes, os pais não sabem como agir e, com a intenção de ajudar seus filhos na adaptação, acabam incentivando a opção do inglês como a língua falada em casa.

A partir da minha vivência como mãe e da minha observação como pedagoga, o aprendizado de línguas estrangeiras não implica absolutamente a perda da língua materna. E estou cada vez mais convencida de que as crianças já nascem predispostas para o aprendizado de uma ou mais línguas. Existem vários estudos que comprovam isso. Quanto mais jovem é a pessoa, mais fácil é a absorção de uma língua estrangeira, sem as dificuldades da auto-censura,da auto-crítica e sem o menor problema do sotaque.

Trata-se de um fator importante para que os pais não se preocupem se os filhos estão demorando a se comunicar na nova língua. Cada criança tem o seu próprio ritmo e o seu tempo para absorver e falar um outro idioma. Por isso é fundamental que a criança tenha a sua língua materna como ponto de referência, tenha sua comunicação segura, tenha a sua linguagem familiar. No caso, o português sempre como primeira opção.

Refiro-me especificamente a casais em que os dois falam a mesma língua. Existem milhões de outras situações, mas gostaria de focalizar somente o caso de brasileiros que como eu moram no exterior e precisam adaptar os filhos à escola, à sociedade e à nova língua.

Língua materna como âncora

Vivi em vários países e, em cada um deles, minhas filhas tiveram de aprender a se adaptar às novas situações e, para isso, o aprendizado do idioma, claro, era essencial. Sempre acabaram falando, cada uma a seu ritmo e a seu tempo, correntemente a língua do país. Contudo, jamais deixamos de nos comunicar em português. Para elas, isso foi umas das razões que contribuiu para uma aprendizagem rápida e tranquila.

Freepik

*Texto originalmente publicado no Boletim da AFSI

A ansiedade dos pais para que os filhos aprendam logo a falar inglês só gera mais insegurança e dificuldade. Deixar de falar o português e insistir em se comunicar em outra língua é renegar a própria origem e comprometer as raízes. A não ser que esse seja o objetivo, não há razão para tirar dos nossos filhos a estabilidade entre eles e a família que é o meio de comunicação. Aprender outros idiomas é, sem dúvida, enriquecedor, mas a base para assimilá-los corretamente está no conhecimento e fortalecimento da própria língua.

Tenho quatro filhas, duas adolescentes, completamente bilíngues. Falam português e inglês com a mesma desenvoltura, além do espanhol e do italiano que aprenderam nos países em que vivemos. As outras duas, ainda pequenas, estão começando, mas, com certeza, seguindo a mesma orientação, irão pelo mesmo caminho.

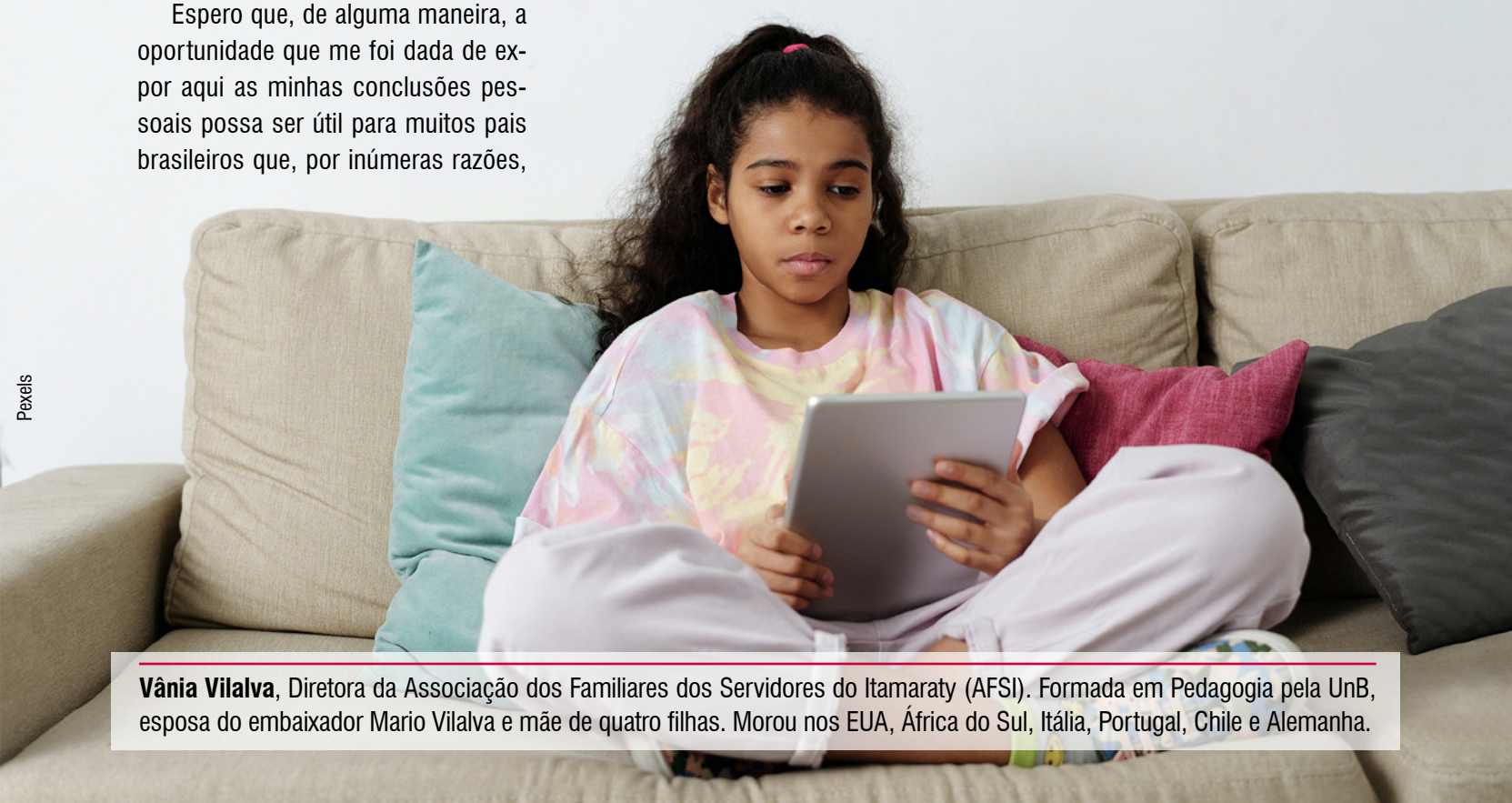
Espero que, de alguma maneira, a oportunidade que me foi dada de expor aqui as minhas conclusões pessoais possa ser útil para muitos pais brasileiros que, por inúmeras razões, levam seus filhos a viverem longe do nosso país, das nossas origens, dos nossos costumes e da nossa língua.

Troca de experiência

Este texto foi escrito para um jornal dirigido à comunidade brasileira, em Boston, quando meu marido, Mario Vilalva, serviu como cônsul geral naquela cidade (1996- 1999). Notei que havia muitas famílias preocupadas com os filhos para que aprendessem rapidamente o inglês, acreditando que a adaptação seria mais fácil. Adotavam o inglês como a língua da casa, em detrimento do português.

Decidi, então, redigir um artigo baseado na minha experiência pessoal e profissional. Apesar de ter sido escrito há alguns anos e em outras circunstâncias, o artigo ainda pode ser útil para alertar algumas famílias para a importância da língua "materna" na formação emocional e psicológica das crianças.

> "Deixar de falar o português e insistir em se comunicar em outra língua é renegar a própria origem e comprometer as raízes. (.....) Aprender outros idiomas é, sem dúvida, enriquecedor, mas a base para assimilá-los corretamente está no conhecimento e fortalecimento da própria língua"



Pexels

Vânia Vilalva, Diretora da Associação dos Familiares dos Servidores do Itamaraty (AFSI). Formada em Pedagogia pela UnB, esposa do embaixador Mario Vilalva e mãe de quatro filhas. Morou nos EUA, África do Sul, Itália, Portugal, Chile e Alemanha.

Crônica de uma peste anunciada

No início, eram os memes. Nas redes sociais, pululavam as troças sobre a Covid-19, como as piadas sobre o "Coroa Vírus" ou o desabafo estridente da cantora pop americana Cardi B – "*Coronavirus, shit is real*".

Aos poucos, as notícias sobre o impacto da doença começaram a ganhar espaço nos jornais, TVs e sites de notícia. Após o anúncio do primeiro caso confirmado no Brasil, os compartilhamentos no *WhatsApp* ganharam tom mais sério: áudios com opiniões de especialistas, vídeos sobre como lavar bem as mãos, gráficos e análises estimando o ritmo de propagação da doença.

Começamos a nos dar conta do que muitos colegas no exterior já haviam tomado conhecimento pela via da experiência: a doença era grave, disseminava-se facilmente e exercia forte impacto sobre os sistemas de saúde, levando autoridades mundo afora a adotar medidas mais ou menos rígidas de isolamento social.

Antessala da pandemia

No início de março, a alusão ao tema na Intratec era modesta: recomendava-se aos servidores e funcionários que lessem atentamente os informativos do Ministério da Saúde sobre o novo coronavírus.

Em 12/3, um dia após a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi suspenso o controle biométrico nas catracas de acesso às instalações do MRE como forma de evitar eventual contágio.

Finalmente, em 18/3, foi instituído o teletrabalho para todos os servidores da SERE e dos Escritórios Regionais, um marco na história do Itamaraty. Às chefias dos postos foram comunicadas as medidas adotadas no Brasil, e foi-lhes outorgado o poder de decidir as providências cabíveis para proteger servidores e funcionários à luz das circunstâncias locais.

A partir daquele momento, "saber renovar-se" mostrou-se fundamental. Adaptar a rotina de trabalho ao ambiente doméstico tornou-se um desafio comum.

Ganhamos intimidade com *softwares* para realização de videoconferências, na medida em que reuniões presenciais e missões ao exterior se tornaram inadequadas ou mesmo inviáveis (até a assembleia geral da ADB ganhou a sua versão telepresencial!).

Novo mundo

Como não foi possível, à luz das normativas vigentes sobre segurança da informação, conceder de forma extensiva acesso remoto a sistemas mais sensíveis, como Exped e Intradocs (destinados, respectivamente, ao envio e ao registro de mensagens telegráficas), instaurou-se em muitas divisões um regime de revezamento para consulta e despacho de expedientes.

Em Brasília, houve quem relatasse olhares desconfiados de vizinhos quando começaram a correr as notícias sobre diplomatas que testaram positivo para a Covid-19. Corações ficaram apertados quando foi noticiado que, no exterior, um colega muito querido estava internado em estado grave com a doença.

Choque duplo

Se a pandemia, por um lado, afetou drasticamente a rotina de trabalho e levou à perda de ímpeto ou mesmo ao cancelamento de uma série de projetos e iniciativas diplomáticas, por outro, criou novas demandas de atuação do serviço exterior brasileiro.

Uma das frentes de trabalho para atender a essas novas demandas foram as negociações para assegurar a importação de equipamentos e insumos médico-hospitalares. "A covid-19 gerou um duplo choque nas cadeias de suprimento de um conjunto de bens indispensáveis ao combate à doença: por um lado, antes mesmo da declaração da pandemia, houve um choque de oferta decorrente da paralisação de boa parte do parque produtivo chinês, principal provedor desses produtos; por outro, à medida que a doença se disseminou por vários países, houve um choque de demanda, que cresceu exponencialmente em todo mundo", explica o então secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do MRE, embaixador Norberto Moretti.

Esse duplo movimento levou à desestabilização e, em alguns casos, à desorganização das relações comerciais internacionais, seja pelos cancelamentos e renegociações de contratos em função da inflação de preços, seja pela aplicação de medidas restritivas às exportações de bens médico-hospitalares em todo o mundo, inclusive no Brasil.

"As regras da OMC permitem que os membros apliquem restrições às exportações em situações excepcionais, e cerca de 80 países adotaram essas medidas para itens como ventiladores pulmonares, kits de testagem, luvas e máscaras cirúrgicas, entre outros", explica Moretti. "Em certas ocasiões, isso implicou restringir a exportação de bens que inclusive já haviam sido pagos, o que gerou desgastes em relações comerciais e mesmo políticas", acrescenta.

Nesse cenário, onde Estados nacionais se lançaram em uma verdadeira "corrida medicamentista", a ruptura de contratos para atender a compradores dispostos a pagar mais se tornou frequente. "Houve uma demanda elevadíssima para que o Itamaraty realizasse gestões junto a governos e empresas estrangeiras visando a garantir a observância de contratos firmados com o Ministério da Saúde, estados, municípios e empresas brasileiras. Em alguns casos, negociamos também a antecipação de prazos de entrega", relata Moretti.

Competição x Cooperação

Além do risco de ruptura de contratos, outra ameaça não negligenciável foi a possibilidade de confiscos das aquisições durante o transporte. "Infelizmente, em dado momento, imperou o estado de natureza: havia chances reais de apreensão de cargas por outros países, a depender do trajeto utilizado para transportá-las", conta o embaixador. "Esse contexto exigiu pensar a logística levando em consideração não necessariamente o trajeto mais curto, mas sim o mais seguro", salienta.

Um exemplo citado por Moretti diz respeito às encomendas de hidroxiclo-

> "A vertente consular foi a faceta popular do papel desempenhado pelo MRE para enfrentar a pandemia. Esse trabalho foi possível graças ao G-CON, que articulou as ações do governo no processo de repatriação"

roquina, medicamento para tratamento de doenças crônicas como lúpus e em teste para combate ao novo coronavírus, feitas por farmacêuticas brasileiras a fabricantes na Índia. "A primeira ação, nesse caso, foi buscar obter do governo indiano a autorização de exportação, que havia sido restringida e depois proibida; a segunda batalha foi garantir que essa carga, passando por terceiro mercado por via aérea, não fosse ali confiscada. Toda uma operação foi montada, passando pelo Catar, para que nenhum tipo de embaraço sofresse quando do transbordo de carga que vinha para São Paulo", explica o embaixador.

Divulgação MRE

Embaixador Fabio Marzano recebeu a missão de organizar um gabinete de crise para coordenar as ações consulares no Brasil e no exterior

Nem todos os agentes, contudo, confirmaram a tese hobbesiana de que "o homem é lobo do homem": em meio à pandemia, o Brasil recebeu e prestou cooperação humanitária. "Por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), coordenamos e viabilizamos operações de cooperação prestada por entes públicos e privados estrangeiros. Em alguns casos, a ABC custeou o transporte aéreo da carga", conta Norberto Moretti. "Também buscamos contribuir na medida de nossas possibilidades, e a parceria do Ministério da Economia foi importante nesse sentido, ao alocar recursos extraordinários para que o Brasil pudesse realizar cooperação, especialmente com países latino-americanos e africanos, inclusive por meio do Programa Mundial de Alimentos", acrescenta.

Gabinete Consular de Crise

Apesar da relevância de outras frentes de atuação, a faceta mais divulgada da contribuição do Itamaraty para enfrentar os desafios trazidos pela pandemia provavelmente foi a vertente consular. Nas mídias sociais, não faltaram fotos e vídeos de brasileiros agradecendo o apoio recebido para conseguir regressar ao Brasil.

Um dos marcos desse trabalho foi a criação do Gabinete Consular de Crise (G-CON), responsável pela articulação junto a outros órgãos do governo envolvidos no processo de repatriação, como o Ministério da Defesa, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministério do Turismo, a Agência Nacional de Aviação (Anac) e o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

"Quando os países começaram a adotar medidas mais restritivas em relação às suas fronteiras, os voos foram escasseando e houve um rápido aumento na demanda por assistência consular junto aos postos. Foi quando surgiu a ideia de formar um gabinete de crise para coordenar esforços no Brasil e no exterior visando atender a esse novo cenário", conta o embaixador Fabio Marzano, secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania (SASC), que recebeu a missão de constituir o grupo.

A partir desse momento, uma rede de mais de 100 servidores no Brasil e no exterior, que incluiu diplomatas (inclusive os alunos do Instituto Rio Branco), oficiais e assistentes de chancelaria, servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC) e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), veio reforçar o trabalho realizado pelos Consulados e Embaixadas do Brasil pelo mundo, muitos dos quais já sobrecarregados pelo súbito crescimento dos pedidos de assistência.

Organizados em cinco equipes regionais (América do Sul; América do Norte, Central e Caribe; Europa; África e Oriente Médio; Ásia e Oceania), essa rede de servidores permitiu operacio-

nalizar o atendimento 24h por dia aos brasileiros no exterior – e a seus parentes aflitos no Brasil – por meio de celulares de plantão.

Repatriação

De forma geral, havia muito desconhecimento da parte dos consulentes sobre todos os aspectos envolvidos no processo de repatriação. Talvez pela ampla cobertura dada pela mídia ao resgate de brasileiros na cidade chinesa de Wuhan, epicentro da propagação do coronavírus, em fevereiro deste ano, muitos acreditavam que havia um direito à repatriação e que isso era sinônimo de ser trazido de volta ao Brasil em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).

"Quando falamos dos esforços para repatriação, falamos de um conjunto amplo de ações, como negociações com autoridades estrangeiras para permissão de trânsito por via terrestre e liberação do espaço aéreo, acordos com companhias aéreas para fretamento de voos e até tratativas com o Ministério da Defesa para que aviões da FAB buscassem nacionais em casos excepcionais, a exemplo dos cidadãos retidos em Cuzco, no Peru", exemplifica o ministro Ricardo Ribeiro da Silva, que chefia a Divisão de Assistência Consular (DAC).

Múltiplos desafios

Um desafio no caso da repatriação de brasileiros diz respeito ao fato de que, diferentemente de países como a Alemanha e Índia, que dispõem de mecanismos para que os consulentes beneficiados possam ressarcir aos cofres públicos os custos com a repatriação, o Brasil ainda não estabeleceu legislação que permita esse tipo de compensação ao erário.

Além dos esforços envolvendo a organização de deslocamentos terrestres e aéreos para retorno ao Brasil, o trabalho consular no contexto da crise de saúde também compreendeu a articulação para assegurar abrigo e auxílio mínimo – remédios e alimentação – a desvalidos. "Na Europa, por exemplo, foi muito importante o apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para que pudéssemos articular uma rede de Igrejas e associações beneficentes dispostas a apoiar brasileiros em situação de completa vulnerabilidade", relembra o chefe da DAC.

Outro aspecto que demonstra a variedade de desafios envolvidos no processo diz respeito à situação dos brasileiros retidos em embarcações, não apenas em cruzeiros de turismo, mas também em navios plataforma. "Acompanhamos mais de mil pessoas nessas circunstâncias, detidas em navios, sem poder desembarcar. Regularmente, o gabinete de crise produzia um relatório que apelidamos informalmente de *Mare nostrum* para monitorar especificamente esses casos", destaca o ministro.

Wiki Commons

Muitos consulentes acreditavam que repatriação era sinônimo de voltar ao Brasil em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), mas esses voos só ocorreram em situações excepcionais

Europa

Desde o início da pandemia, a Europa foi a principal origem dos pedidos de assistência consular. O maior contingente de brasileiros retidos no continente encontrava-se em Portugal, sobretudo em Lisboa. “Para se ter uma ideia do esforço, foram organizados seis voos de repatriamento no país, apoiados pelos três Consulados-Gerais (Lisboa, Faro e Porto) e pela Embaixada brasileira”, recorda Ricardo Ribeiro.

Membro do grupo do Plantão Consular Europa, a oficial de chancelaria Carolina Gonçalves conta um pouco da experiência no atendimento desses brasileiros: “Em Portugal, a maioria dos consulentes que entrava em contato conosco era estudante ou imigrante sem status, muitos dos quais foram para a Europa durante o *boom* do ‘sonho europeu’ e que de repente se viram sem uma rede de proteção”.

A maior expectativa dos consulentes era, sem dúvida, a possibilidade de embarcar em voo de Estado para repatriação, mas em muitas ocasiões, além de assistência consular, muitos buscavam o chamado “plantão consolar”. “Como em todo serviço de assistência consular, muito do nosso trabalho é ouvir. O brasileiro quer saber que ali do outro lado há alguém que se preocupa com ele. Só de permitir que pais preocupados com filhos retidos na Europa pudessem conversar com outro brasileiro, na nossa ponta, também ajudava muito a vários deles”, explica Carolina Gonçalves.

Uma mãe aflita ligava regularmente em busca do filho, que vivia no interior de Portugal. “Uma senhora do Piauí queria que o Consulado descobrisse onde o filho dela estava – ela não sabia a cidade – e o trouxesse de volta ao Brasil, mesmo sem ele querer voltar. Ela estava muito preocupada com o rapaz, filho único, e que decidiu se mudar. Ligava muitas vezes e mandava muitos áudios. Marcou muito porque era claramente uma pessoa muito humilde e que achava que o serviço consular era algo como uma SWAT”, conta a servidora.

Além da escuta atenciosa dos plantonistas, no Grupo Consular de Crise dedicado à Europa foram também organizados dois grupos voluntários de psicólogos para apoiar pessoas angustiadas e fragilizadas pelas circunstâncias da pandemia e das dificuldades para regressar ao Brasil.

Flexibilidade

De forma geral, as demandas demonstraram que muitos brasileiros ainda desconhecem a natureza do trabalho consular realizado pelo Itamaraty. “O Consulado, normalmente, realiza um trabalho burocrático – nós fazemos vários tipos de documentos para os nacionais que estão no exterior, de certidão de nascimento até atestado de óbito, passando por passaportes, certidão de casamento, CPF(s), título eleitoral, procurações”, explica a embaixadora Gisela Padovan, cônsul-geral do Brasil em Madri, Espanha, país onde se encontrava o segundo maior contingente de brasileiros retidos no continente europeu. “Devido à pandemia, a parte de assistência consular ganhou nova dimensão”, relata.

Em Portugal se encontrava o maior número de brasileiros retidos na Europa. No total, foram realizados seis voos de repatriação com apoio dos Consulados-Gerais em Lisboa, Faro e Porto e da Embaixada brasileira

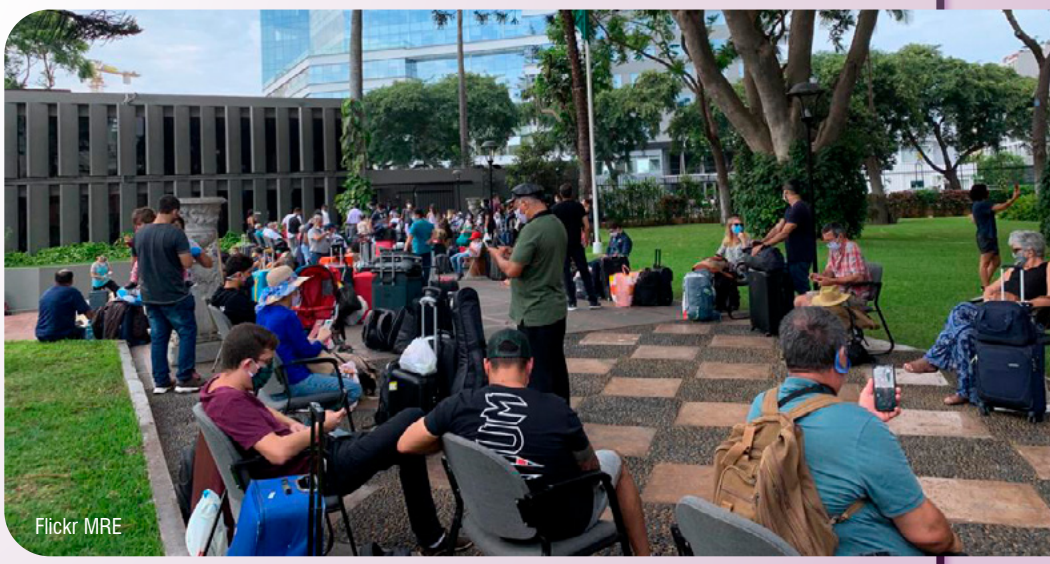
Voo humanitário para a repatriação de brasileiros(as) que se encontravam em Bruxelas, Dublin, Genebra, Londres e Paris

A mudança súbita exigiu novas estratégias de trabalho. “Flexibilidade foi fundamental: por conta da pandemia, a equipe estava trabalhando de casa de forma ininterrupta, atendendo chamadas mesmo nos fins de semana e feriados, a qualquer hora do dia e da noite. Tivemos de habilitar um segundo telefone de plantão – com 50 ligações por hora, um só não era o bastante – e intensificamos nossa comunicação nas redes sociais”, conta Padovan.

Para garantir um atendimento mais personalizado, os funcionários do Consulado foram divididos em duplas, cada uma delas responsável por 20 pessoas. “Esse contato mais próximo com a comunidade brasileira facilitou identificar os casos prioritários para repatriação. A rede de relações locais – empresas aéreas, autoridades migratórias e outros Consulados – também foi decisiva para realizar bem esse trabalho”, salienta.

América do Sul

Na América do Sul, o maior fluxo de nacionais desejosos de retornar ao Brasil foi oriundo da Bolívia, com registro de 7,5 mil pessoas repatriadas até julho. Em 22/3, teve início uma quarentena bastante rigorosa no vizinho andino: as fronteiras foram fechadas, aulas presenciais em todas as universidades foram suspensas e quase todos os órgãos governamentais e o comércio suspenderam as atividades, levando grande parte dos brasileiros residentes no país (em sua maioria estudantes de medicina) a decidir regressar ao Brasil.



Cidadãos em Cuzco, no Peru, se preparam para retornar ao Brasil, com escala em Lima

O trabalho coordenado entre todos os postos do Brasil no país foi fundamental para o retorno bem-sucedido de milhares de estudantes. “Foi adotada uma estratégia de apoio por terra que mobilizou especialmente a Embaixada em La Paz, os Consulados-Gerais em Cochabamba e em Santa Cruz de La Sierra e o Consulado em Puerto Quijarro a fim de mobilizar os grupos de brasileiros e obter as autorizações devidas para que os comboios pudessem chegar até a fronteira”, explica o secretário Adam Jayme Muniz, que coordenou o atendimento consular para América do Sul.

As operações demandaram articulação não só com autoridades bolivianas, mas também brasileiras: “Foi necessário estabelecer um diálogo coordenado dos dois lados da fronteira, inclusive, do lado brasileiro, com a prefeitura de Corumbá, o governo do Mato Grosso do Sul, a Anvisa, as polícias Federal e Rodoviária Federal, entre outros, porque os alunos atravessavam a fronteira e não deveriam permanecer em Corumbá, mas seguir viagem para as cidades de origem ”, complementa Adam Muniz.

Arquivo pessoal

Ministra Andrea Watson, cônsul-geral do Brasil em Cochabamba, pediu ajuda aos militares do Exército e da Força Aérea para viabilizar a repatriação na Bolívia

Famílias inteiras

“A pressão sobre o Consulado foi tremenda”, relembra a ministra Andrea Watson, cônsul-geral do Brasil em Cochabamba, terceira maior cidade boliviana. “Iniciamos contatos com as autoridades locais – polícia, comando militar, município, migração – e empresas de ônibus para ver como poderíamos colaborar para repatriar os inúmeros consulentes que entravam em contato conosco por e-mail e pelo Facebook”, acrescenta.

Foi necessária grande mobilização dos funcionários do Consulado. “Começamos a elaborar listas com os nomes das pessoas que nos contatavam, trabalho incansável que requereu a participação de todos, em época de *lockdown* total na cidade, em que a circulação estava proibida e controlada pelo Exército local. Eu e o motorista, cujos carros contavam com autorização especial, tínhamos que buscar os funcionários em suas casas para trazê-los ao Consulado”, relata a cônsul.

Percalços não faltaram: “Muitos estudantes confirmavam seu interesse para, pouco depois, desistir da viagem, o que nos obrigava a recalcular a lista para cada ônibus, muitas vezes no dia mesmo da partida. Tínhamos que ter uma ‘lista de espera’ diária para que os ônibus não partissem sem lotação completa, uma das condições impostas pela empresa – alguns estudantes foram buscados em suas casas para que isso não acontecesse”, conta Andrea Watson.

O resultado, porém, foi recompensador: “Nos dias das viagens, dava gosto de ver a alegria dessas moças e rapazes embarcando com seus filhos – alguns eram crianças de colo –, pais, avós, várias malas e animais domésticos, que incluíram até hamsters e peixes. A confusão nos dias das partidas e a pressão para entrar nas listas eram tamanhas que me vi obrigada a pedir ajuda aos militares do Exército e da Força Aérea em missão em Cochabamba para instaurar um pouco de ordem e disciplina e evitar as incontornáveis aglomerações em frente ao Consulado. A eles serei eternamente grata”, acrescenta a ministra.

Flickr MRE

Voo humanitário de repatriação de brasileiros(as) sediados na capital venezuelana

América do Norte, Central e Caribe

Diante da suspensão dos voos da Copa Airlines, a Embaixada brasileira no Panamá desempenhou importante papel para embarcar brasileiros(as) residentes na América Central e Caribe

Na América do Norte, Central e Caribe, o perfil dos brasileiros atendidos foi variado. "No Caribe e no México, o perfil era mais o do turista 'comum', já que lá estão destinos turísticos tradicionais, como Punta Cana e Cancún. No Canadá e nos Estados Unidos, havia muitas pessoas em visita a parentes radicados nesses países, que contavam com algum apoio familiar para permanecer mais tempo que o planejado. Em toda América do Norte e também em Cuba, era grande o número de estudantes e intercambistas, inclusive menores de idade", conta o secretário Ronaldo Rodegher, coordenador do grupo consular de crise dedicado à região.

"Nas primeiras semanas da pandemia, o trabalho da rede diplomática e consular foi fundamental para garantir o embarque do maior número possível de brasileiros nos últimos voos comerciais disponíveis, por exemplo, no México, República Dominicana e Cuba. No Caribe e América Central, a suspensão das atividades da Copa Airlines fez com que muitos brasileiros ficassem isolados. Foi muito importante o papel desempenhado pela Embaixada no Panamá, pela interlocução permanente com a empresa e papel na coordenação entre os postos na região", destaca o secretário.

Um grupo que mereceu especial atenção e demandou trabalho bastante dedicado dos Consulados-Gerais em Miami e em Los Angeles, nos EUA, e do Consulado-Geral no México, foi o de brasileiros retidos a bordo de navios de cruzeiro. "Com o agravamento da pandemia, essas embarcações passaram a ser vistas como possíveis focos da doença e diversos países impuseram restrições para o desembarque de turistas e tripulantes", conta Rodegher. O impasse criado entre empresas de cruzeiro e governos locais se prolongou por bastante tempo, provavelmente meses. Nesse meio tempo, os embarcados foram obrigados a permanecer nos navios sob condições dificílimas", salienta.

Apesar das dificuldades, os consulentes, em geral, compreendiam a situação. "A maioria é bastante razoável: se você explica as limitações, por exemplo, para o envio de voos fretados de repatriação, eles entendem. Mas naturalmente, há pessoas com demandas irrealistas, ou que relutam em aceitar que, naquele contexto, o caso delas talvez não seja prioritário".

Ansiedade

Gerenciar as expectativas dos consulentes, com efeito, é tarefa recorrente do trabalho consular. “O maior desafio foi administrar a ansiedade dos brasileiros que queriam partir em voos humanitários, mesmo que não se encaixassem nos critérios determinados pelo governo brasileiro”, conta a embaixadora Wanja Nóbrega, cônsul do Brasil no México.

“No contexto de indefinição e incerteza sobre quando e como se normalizariam os voos comerciais, aliado ao fato de que os brasileiros que viviam na informalidade foram perdendo suas fontes de renda, a angústia de alguns deles traduziu-se em campanhas agressivas em redes sociais, desnecessária pressão junto aos congressistas nacionais e, às vezes, lamentáveis mensagens negativas contra o excepcional trabalho que estávamos realizando”, relembra a embaixadora.

No México, destacou-se a forte parceria entre a Embaixada e o Consulado brasileiros no país. “Desde o primeiro momento, em março, houve um trabalho conjunto exemplar para assistir os brasileiros detidos no país devido aos cancelamentos de voos, para organizar os voos humanitários e viabilizar trâmites burocráticos”, conta Nóbrega. “A Embaixada ocupou-se do processo de contratação dos voos e gerenciou as autorizações aeroportuárias e isenções fiscais e de taxa de embarque, enquanto o Consulado-Geral, em cooperação com equipe da Embaixada, encarregou-se da elaboração da lista de passageiros, após ampla campanha de divulgação dos voos nas redes sociais”, acrescenta.

No total, foram realizados três voos humanitários, em abril, maio e junho. “Cerca de 400 pessoas retornaram ao país com passagens custeadas pelo governo brasileiro ou obtidas gratuitamente graças às nossas gestões. E mais de 1.800 brasileiros foram repatriados com o nosso apoio institucional”, enumera a embaixadora.

“Equipes da Embaixada e do Consulado se deslocaram ao aeroporto para apoiar cada um dos voos, o que se revelou de vital importância para resolver inúmeros problemas migratórios, de passaporte e, inclusive, médicos. Estas providências possibilitaram o embarque de todos os brasileiros previstos”, destaca.

Flickr MRE

Brasileiros(as) se despedem de Curaçao após gestões feitas pelas autoridades consulares

Ásia e Oceania

No contexto da Ásia e da Oceania, os países em que havia maior número de brasileiros com dificuldades de regressar por conta da pandemia foram Índia, Indonésia, Tailândia, Austrália e Nova Zelândia.

As grandes distâncias dificultavam sobremaneira o retorno: "Os consulentes tinham voos seguidamente cancelados porque as fronteiras aéreas e terrestres fechavam não apenas onde eles se encontravam, mas também em terceiros países por onde os aviões necessariamente precisariam fazer escala para chegar ao Brasil", explica a oficial de chancelaria Anna Victória de Azevedo, integrante do Plantão Consular de Ásia e Oceania.

Alguns manifestavam angústia pela impossibilidade de apoiar parentes próximos no Brasil, no momento em que os casos de covid-19 escalavam no país. "Foram marcantes os apelos de pessoas que temiam perder os pais e não poder se despedir", acrescenta.

Outro fator complicador foram as reações de cunho xenofóbico verificadas em alguns países da região. "Alguns consulentes manifestaram se sentir perseguidos e hostilizados – um grupo de surfistas na Indonésia relatou impossibilidade de permanecer no país porque haveria a crença, entre alguns locais, de que os estrangeiros haviam levado o coronavírus para lá", conta Anna Victória.

Logística

Na Índia, o anúncio repentino do *lockdown* causou diversas dificuldades aos brasileiros que se encontravam no país. O cancelamento de todos os voos somou-se ao fechamento de hotéis, o que trouxe obstáculos para encontrar alojamento e obter mantimentos e remédios, os quais foram contornados com auxílio da Embaixada em Nova Delhi e do Consulado-Geral em Mumbai.

O maior desafio foi reunir nessas duas cidades, por onde passaria o voo de repatriação, os brasileiros dispersos pelo país e aqueles que viriam do Nepal em voo fretado pela Embaixada em Katmandu. "Havia brasileiros em 30 cidades na Índia, como Rishikesh, onde há muitos retiros espirituais, Calcutá, e também no sul do país", conta o secretário Lucas de Brito Lima, lotado na Embaixada do Brasil em Nova Delhi. "Além da contratação do voo e das autorizações especiais, montamos uma operação complexa de deslocamento terrestre. Algumas pessoas

Na Índia, a repatriação demandou um grande esforço logístico para reunir os brasileiros dispersos no país, em Nova Delhi e Mumbai. Alguns tiveram de viajar por até três dias de ônibus

Flickr MRE

levaram até três dias para percorrer, de ônibus, os 1.500 km que separam Delhi de Calcutá ou Mumbai de Trivandrum, no sul", relata.

Como o *lockdown* no país foi bastante estrito, havia grandes dificuldades de circulação. "Tivemos que negociar com o Ministério de Assuntos Externos da Índia a autorização de deslocamento para mais de 300 pessoas, entre os que partiam nos ônibus providenciados pela Embaixada e em carros particulares, além de negociar os salvo-condutos com os governos de 18 estados e autoridades competentes, responsáveis pela fiscalização das restrições impostas pelo governo. O voo de repatriação foi realizado três semanas depois do início do *lockdown*, no auge das restrições, mas, felizmente, conseguimos as autorizações a tempo", recorda Lima.

Flickr MRE

As ações de repatriação nas Filipinas e outros países da Ásia e Oceania contaram com o apoio do plantão consular montado pelo Itamaraty

O Brasil foi um dos primeiros países a evacuar seus nacionais, antes mesmo de países que tinham um número significativamente maior de retidos no território. "Mantivemos dois telefones de plantão funcionando 24h por dia, sem folga, sem feriado, para dar conta de toda a operação. Na Embaixada, a dedicação do embaixador André Corrêa do Lago e da equipe de funcionários do quadro e locais foi total, permitindo que toda a operação logística fosse bem coordenada e tudo desse certo ao final. A cooperação entre a Embaixada e o Consulado-Geral também foi fundamental para os bons resultados", comemora o secretário.

África e Oriente Médio

Na África, o Itamaraty apoiou o retorno de mais de 2,7 mil brasileiros em 30 países. O maior contingente de nacionais encontrava-se na África do Sul, onde foram realizadas duas grandes operações de repatriação na primeira semana de abril.

"A África do Sul retrata bem o conjunto de perfis que encontramos nas operações de repatriação no continente africano: ao lado de turistas, homens e mulheres de negócios e passageiros em trânsito, recebemos também solicitações de assistência consular por parte de estudantes de intercâmbio, acadêmicos, missionários religiosos e membros de famílias binacionais que visitavam parentes", explica o conselheiro Aurimar Nunes, chefe da Divisão de África II e coordenador do grupo de crise consular para o continente africano.

Também havia grande número de nacionais na região do Golfo da Guiné, na costa ocidental africana. Em abril, a Embaixada em Acra organizou uma operação de repatriação em que enfrentou grandes desafios logísticos para reunir um grupo de brasileiros por terra no Togo, que de lá seguiu por avião à Etiópia e daí para o Brasil.

"As pessoas buscam o apoio dos Consulados e das Embaixadas não apenas para conseguir lugar em um voo de volta ao Brasil, mas para pedir que o Estado brasileiro lhes segure a mão e lhes diga 'vai tudo terminar bem'. Tive de repetir isso a um familiar desse grupo que a Embaixada em

> Gana foi escolhido como um 'hub' regional na complexa operação de repatriação de brasileiros(as), que foi articulada por várias Embaixadas brasileiras localizadas na África Ocidental

Acra repatriou, por terra e por via aérea, para Lomé, depois Adis Abeba e, de lá, para São Paulo", conta Aurimar Nunes. Após quase uma semana de rota, uma vez reunidos, o familiar aflito ligou para agradecer. "Ele estava claramente emocionado, e foi reconfortante, profissional e pessoalmente, poder dizer 'viu? Deu certo!'", lembra o conselheiro.

Operação 21 de julho

A experiência de abril foi uma prévia do que seria a complexa operação realizada em 21 de julho, para trazer de volta brasileiros retidos em sete países da África Ocidental: Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal. "Gana foi escolhido como um 'hub' regional e, mais uma vez, enfrentamos um grande desafio logístico, em nível de complexidade ainda maior", conta o secretário Gustavo Garrido, lotado na Embaixada do Brasil em Acra.

Para identificar os candidatos a repatriação nos termos da legislação em vigor, foi necessária coordenação entre as Embaixadas em Abidjã, Abuja, Acra, Bissau, Dacar e Uagadugu e o Consulado-Geral em Lagos. "Passageiros oriundos de vários países tiveram de se deslocar até Gana, onde embarcaram em voo fretado, com destino ao Brasil", destaca Garrido.

Para viabilizar a operação, foram usados corredores terrestres entre Gâmbia/Senegal e Côte d'Ivoire/Gana,

Flickr MRE

Uma grande operação realizada em 21 de julho reuniu em Acra brasileiros que estavam espalhados em sete países da região, entre os quais Burkina Faso

Itamaraty apoiou o retorno de mais de 2,7 mil nacionais em 30 países africanos, inclusive brasileiros(as) sediados na cidade do Cairo

bem como rotas aéreas secundárias, com origem em Bissau, Dacar e Lagos-Uagadugu, e destino a Acra. "Várias rotas haviam sido cogitadas, até a consolidação do arranjo final. A data do voo levou em consideração questões logísticas em cada um dos países. Na Nigéria, por exemplo, havia brasileiros espalhados em diferentes regiões do país e foi necessário esperar a abertura do espaço aéreo doméstico para que se deslocassem a Lagos e integrassem a operação de repatriação. No total, foram necessários três voos regionais e um, intercontinental, que levaram 130 pessoas até Viracopos, em Campinas", explica o secretário.

Coordenação

Toda a Embaixada esteve mobilizada para a realização bem-sucedida da inciativa. "A equipe dividiu-se em diversos pontos focais: a embaixadora Maria Elisa de Luna capitaneou as gestões de alto nível junto às autoridades locais, aos demais chefes dos postos envolvidos e à Secretaria para Assuntos de Soberania e Cidadania, na Secretaria de Estado; os demais servidores dividiram-se entre a compilação e consolidação da lista de passageiros e questões logísticas. Funcionários locais também prestaram apoio nessas áreas, além de se encarregarem do registro da operação em fotos e vídeos", relembra o secretário Garrido.

"Fiquei particularmente sensibilizado com as imagens e depoimentos dessa operação, que foi planejada por cerca de dois meses e resultou de imenso esforço de coordenação na SERE e nas Embaixadas na África Ocidental, capitaneado pela Embaixada em Acra. Cada família que ia chegando ao 'meeting point', no aeroporto da capital ganense, trazida seja pelos voos regionais que contratamos, seja por rotas terrestres organizadas pelos postos vizinhos, nos emocionava", recorda o conselheiro Aurimar Nunes.

Consulados itinerantes

No Oriente Médio, cerca de mil brasileiros contaram com o apoio do Itamaraty para voltar ao Brasil. "Metade desse contingente encontrava-se nos Emirados Árabes Unidos. A maioria trabalhava no setor de serviços, sobretudo em ramos ligados ao turismo – hotéis, restaurantes –, justamente um dos que sofreu maior impacto devido às medidas de isolamento social adotadas em função da pandemia", explica o conselheiro Leandro Vieira Silva, chefe da Divisão de Oriente Médio I.

O maior contingente de nacionais no continente africano encontrava-se na África do Sul

Devido às barreiras impostas ao fluxo rodoviário entre Dubai (cidade mais populosa, onde se localizava a maior parte dos brasileiros) e o emirado de Abu Dhabi (capital do país, onde fica a Embaixada do Brasil), até a realização de serviços simples, como a renovação de passaporte, viu-se dificultada. "Foram realizadas gestões específicas junto às autoridades locais para viabilizar o deslocamento de carros com placa diplomática, à luz das necessidades humanitárias endereçadas pelo serviço consular. Desse modo, carros oficiais do posto foram utilizados nos Consulados itinerantes, com a prestação de auxílios e o atendimento a demandas diversas", relata o conselheiro.

Voo humanitário para a repatriação de brasileiros(as) retidos em Côte d'Ivoire, Gâmbia, Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria, Burkina Faso e Gana

O fato de ser uma das regiões com menor número relativo de consulentes não significa que a tarefa tenha sido das mais fáceis. Em diversas ocasiões, a necessidade de oferecer amparo a quem estava do outro lado da linha se fez presente. "Os plantonistas trabalharam sete dias por semana, 24 horas por dia, em regime de revezamento, sendo expostos regularmente à ansiedade dos consulentes. Tiveram de administrar uma situação de incerteza, pois nem sempre era possível oferecer uma solução imediata, mas ainda assim, conseguiram dar algum alento às pessoas", conta Leandro Vieira.

"A recompensa é o sentimento de ser parte de algo maior, de um esforço genuíno, concreto, de ouvir a pessoa com interesse e de mostrar compromisso em buscar uma solução", conclui o conselheiro.

Missão cumprida: alegria, alegria

Tentar dar a dimensão de todos os esforços envidados para repatriar os milhares de nacionais ansiosos por voltar ao Brasil após o início da pandemia é uma tarefa inglória. Foram centenas de postos envolvidos, milhares de profissionais mobilizados... Não seria possível, no espaço destas linhas, fazer justiça a todos os que contribuíram nesse processo, contar todas as histórias que mereceriam registro.

Este relato buscou, na medida das possibilidades, mostrar um pouco do mosaico de agentes comprometidos com essa realização. Os mais jovens tiveram uma oportunidade ímpar de aprender; os mais experientes, também. Uma demanda dessas proporções, em escala global, "tudo ao mesmo tempo agora", foi absolutamente inédita mesmo para as carreiras mais longevas.

Ao tempo em que as últimas linhas desta matéria são escritas, mais de vinte mil nacionais já conseguiram regressar ao Brasil com apoio do Itamaraty. O colega querido que nos deixou de coração aflito no início da pandemia já está são e salvo.

Em todo o mundo, já são mais de um milhão de mortes causadas pela doença, mais de 146 mil delas no Brasil. Máscaras permanecem sendo itens de uso obrigatório nos espaços públicos na maioria dos países. Ainda não há vacina contra a covid-19, mas há pesquisas bastante promissoras em estágio avançado.

"O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca", mas a alegria segue. Ela sempre seguirá.

Terceira-Secretária **Clarissa Alves Machado**, participante do Plantão Consular Europa. Atualmente cedida para a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos/ME

História concisa do futebol do Brasil

"Na noite de 18 de junho de 1916, o ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, abriu sua residência em Copacabana para que ali se realizasse uma reunião considerada de máxima importância para a diplomacia brasileira. O chanceler decidira assumir pessoalmente o papel de intermediador entre interlocutores cuja relação já havia sofrido um longo desgaste [...]. Já era madrugada do dia 19 quando o consenso se estabeleceu. [...] Por intermediação direta do Itamaraty, foram assim assentadas as bases para a unificação do comando do futebol no Brasil. Estava criada a Confederação Brasileira de Desportos."

Estas linhas não estão no livro que hoje me toca, com muito gosto, recomendar aos colegas, de autoria do nosso Rodrigo de Carvalho Dias Papa[1]. São antes a abertura da história de referência da própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF), do saudoso professor Carlos Eduardo Sarmento[2].

E, se aqui me permito o procedimento inusual de abrir resenha de um livro com citação de outro, é apenas para ressaltar o que, ao menos para mim, resulta uma evidência, à leitura do primeiro: o quanto nos fazia falta, como diplomatas, uma obra de consulta imediata sobre o que há de mais valioso em nosso patrimônio imaterial — justamente o futebol que Leônidas, Zizinho, Pelé, Garrincha, Ademir da Guia, Rivelino, Zico, Reinaldo, Sócrates, Falcão e Ronaldinho Gaúcho elevaram a uma excelsa manifestação artística.

São palavras que talvez soem excessivas a quem achar que o gênio nacional se manifestou mais e melhor nas composições de um Pixinguinha ou um Villa-Lobos, ou na ourivesaria lingüística de um Machado de Assis ou um Guimarães Rosa. Paciência. Sem descartar de plano o valor do argumento, observo apenas que, em 20 anos de carreira diplomática, calhou-me ouvir mais palavras de elogio rasgado ao quadrado mágico de 1982 do que aos acordes do *Carinhoso*.

Paixão (inter)nacional

E que foi aos nossos boleiros, não aos nossos músicos e escritores, que Eric Hobsbawm houve por bem dedicar esta celebrada passagem de sua história do século XX, em que discorria sobre a onipresença da cultura de massa americana: "A única exceção era o esporte. Neste ramo da cultura popular — *e quem, tendo visto a seleção brasileira em seus dias de glória, há de negar-lhe a reivindicação artística* —, a influência americana permaneceu confinada aos limites da supremacia de Washington."[3]

Em sua recém-lançada *História concisa do futebol brasileiro*, Rodrigo

Papa propôs-se seguir à risca a receita usada com a competência habitual pelo colega Eugênio Vargas Garcia, no campo de nossas relações exteriores[4]. Expor ao leitor apenas os fatos, elencados em ordem cronológica, e deixar que ele próprio faça as associações, evidentes ou não, com o enredo mais amplo de nossa epopéia nacional. E, por ser obra de diplomata, esta História concisa não

deixa de referir, como pano de fundo, um que outro grande feito ou minudência diplomática que talvez ajudem a explicar o desdobramento desportivo.

Influência da diplomacia

Já de início, Papa corretamente registra o papel de Raul do Rio Branco — ele próprio *footballer*, por oposição ao irmão *rugbier* — nos processos que vão desaguar na criação da CBD e do Comitê Olímpico Brasileiro, como parte dum esforço deliberado de reforço do prestígio nacional. Noutra passagem que dá o que pensar, chega a citar um de nossos colegas (cujo nome não declina), para quem, "sem [a Conferência de] Bandung [de 1955] e a política externa independente, João Havelange não seria eleito presidente da Fifa."

Estas pequenas e bem-vindas derivações, entretanto, não são de molde a desvirtuar o propósito da obra. Esta não é uma história política ou diplomática do futebol brasileiro, mesmo porque o autor nunca se propôs a tanto. É, sim, uma cronologia razoavelmente completa — 122 páginas — do quanto ocorreu de relevante no que nossos vizinhos convencionaram chamar *el deporte-rey*, desde que por estas latitudes aportou um cavalheiro de nome Charles William Miller com duas bolas de couro e um livrinho de regras da *Hampshire Football Association*, em 1894.

Reprodução/Revista O Malho

Seleção Brasileira que conquistou o Sul-Americano de 1919, com Adolpho Millon e Amado Silveira

Faltarão talvez, aos olhos do aficionado mais obsessivo, um que outro acontecimento tão maiúsculo quanto incontornável na história do desporto pátrio. Dentre esses, mencionaria casualmente a cabeçada de Rondinelli contra o arco de Leão, em 3 de dezembro de 1978; o gol de todos os tempos de João Danado Nunes contra Silvestre e João Leite, em 1º de junho de 1980; ou a falta cobrada conjuntamente por Dejan Petkovic e São Judas Tadeu no ângulo de Hélton, em 27 de maio de 2001. São exemplos inteiramente fortuitos, como se vê, que, entretanto, não chegam jamais a comprometer o mérito da obra — sobretudo no que ela tem de instrumental para quem tem por dever expor, difundir e defender a cultura brasileira em suas manifestações mais relevantes.

Legado

E esta é, afinal, a dimensão da obra que mais vale a pena destacar, numa resenha que tem por alvo um público de diplomatas. Os aficionados e os obsessivos que há entre nós sempre poderemos buscar associações, contrastes e complementaridades entre a cronologia de Papa e as obras clássicas sobre a importância política, social e cultural do fu-

tebol no Brasil — casos de Mario Filho, Gilberto Freyre, Nelson Rodrigues ou, mais recentemente, Leonardo Affonso Miranda Pereira e Roger Kittleson (quase todos eles, aliás, citados por Papa em sua bibliografia recomendada).

Os mais terão aí uma boa primeira aproximação a um legado que nos cumpre defender tanto quanto ao samba ou ao tropicalismo. Um legado, aliás, que como instituição vimos defendendo bem, desde Raul de Rio Branco e Lauro Müller, mas sobretudo desde que os embaixadores Santiago Mourão e Vera Cintia Álvarez passaram a tratar de maneira mais sistemática este elemento fundamental do *soft power* brasileiro — um esforço hoje preservado pelos amigos Norberto Moretti, Mario Mottin e justamente Rodrigo Papa.

Afinal de contas, como bem advertiu Fernando Savater (reformulando com muito mais graça a máxima de Hegel), nada de grande se fez neste mundo sem paixão. E é justamente a paixão, que se depreende detrás de cada linha deste livro, que nos demonstra que a preservação deste legado está em boas mãos. Esta é, dentre tantas outras, uma necessidade também imperiosa, sob o risco de vermos triunfar esta praga dos tempos que correm: o *torcedor de Champions*, que se desfaz em singulares ataques de pelanca por times estrangeiros, anda por aí convencido de que o Pelé não foi grande porque não jogou na Europa, e acredita que o futebol começou com o Barcelona de Guardiola.

[1] Rodrigo de Carvalho Dias Papa. *História Concisa do Futebol Brasileiro*. São Paulo, Chiado Books, 2019.
[2] Carlos Eduardo Sarmento. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2006, p. 1.
[3] Eric Hobsbawm. *Age of Extremes: the short twentieth century (1914-1991)*. Londres, Abacus, 1995.
[4] Eugênio Vargas Garcia. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo, Alfa Omega, 2000.

Ministro **Pablo Duarte Cardoso**, lotado na Embaixada do Brasil em Lisboa (*)

(*) O autor da resenha optou por utilizar a ortografia anterior à reforma decorrente do Acordo Ortográfico de 1990.

Saudades, POC

Faleceu, em 10 de julho de 2020, o embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos, o POC, como era mais conhecido e chamado por seus incontáveis amigos. Nascido em 1952, no Rio de Janeiro, o diplomata ingressou no Serviço Exterior em 1976, por meio de concurso direto.

Começou na área comercial, na Divisão de Organismos Internacionais Especializados e, posteriormente, serviu na Divisão de Agricultura e Produtos de Base. Seus postos no exterior, nessa primeira fase de carreira — Washington e Tóquio — refletem sua predileção pelos temas econômicos. Sua tese do Curso de Altos Estudos, apresentada em 1993, versou sobre "O Comércio Internacional de Produtos Agrícolas na Rodada Uruguai".

Não foi, portanto, sem certa contrariedade, que, nos idos de 1988, recebeu a incumbência de chefiar a Divisão de Visitas do Cerimonial (DIV). Aceitou o desafio, com o espírito de dever e de serviço que sempre pontuou sua carreira.

Rigor e talento

Dedicou-se a essa nova área com tanto talento que veio a confundir-se com ela, imprimindo inovação de métodos, precisão logística e rigor nos detalhes às rotinas de trabalho da DIV. Com o embaixador Frederico Araújo, formou uma dupla de excepcional complementaridade profissional que fez escola e continua a inspirar a todos os que trabalham na área de cerimonial tanto no Itamaraty quanto na Presidência da República.

Após haver chefiado o Consulado geral em Londres, entre 1999 e 2003, POC retorna para assumir o Cerimonial da Presidência da República, com o mesmo espírito que sempre o caracterizou, de serviço ao Brasil e à Casa de Rio Branco. O coroamento de sua carreira veio com as missões no exterior, como embaixador em Madri (2009-2015) e em Paris (2015-2019). Recebeu ainda, por fim, a chefia do Consulado geral em São Francisco.

O currículo e a personalidade de POC não cabem, evidentemente, nas margens necessariamente contidas desta nota singela. Cada um de seus amigos terá incontáveis histórias que exemplificam sua capacidade de dar ordem ao caos. Nenhum evento era grande demais nem impossível de ser planejado e executado, com precisão marcial.

Sua voz de comando, que o charuto indefectível tornava mais grave e arquetípica, a um tempo rude, ancestral e familiar, tinha o dom de impor calmaria em águas revoltas e suavidade a ventos tempestuosos. Voz que também tonitruava para orientar seus comandados: "Volte para casa e troque essa camisa azul, senhor secretário". Ou, ainda, a advertência sábia ao jovem diplomata que saía corrigindo o que estava propositalmente modificado: "Jaboti não sobe em árvore".

Linha dura

Firme para baixo e para cima, manteve a exigência do *traje de passeio escuro* nos convites do cerimonial, ante a resistência de importantes próceres nordestinos que, adeptos do linho cru, contestavam o *escuro*. Com a mesma firmeza, levava esperança e assistência consular e humanitária quando era chamado, como foi o caso no terrível terremoto de Kobe, em 1995.

Certa feita, já embaixador, foi surpreendido, em visita ao cerimonial local, por nota cujo teor era contrário aos privilégios e imunidades da Embaixada do Brasil e de seus funcionários. Sem pestanejar, POC descansou o papel sobre a mesa de seu anfitrião e, ato contínuo, levantou-se, dirigindo-se, sem uma palavra, à saída. O anfitrião, atônito, correu-lhe ao encalço, desculpando-se e propondo negociação(*).

POC nos deixou pela porta grande, sereno e firme ante a enfermidade que o acometeu, até o fim. Lega-nos seu exemplo de rigor, sobretudo consigo mesmo, de amor ao Brasil e ao Itamaraty. Deixa-nos também Adriana, Ana Paula e Pedro, a quem vão nosso carinho e solidariedade.

(*) Relato transmitido pelo conselheiro Cesar Sauer.

Ministro **Alan Séllos**, chefe do Cerimonial do Itamaraty. Trabalhou sob a chefia do então conselheiro e ministro Paulo Campos na Divisão de Visitas, posteriormente Subchefia do Cerimonial, entre 1995 e 1997.

Adhemar Ferreira da Silva, um bicampeão olímpico no Itamaraty

Para além da função diplomática, os funcionários da Casa de Rio Branco são mais reconhecidos pela contribuição literária que deram ao país do que pelos logros esportivos. Se bem que, com perdão do trocadilho, se nos referirmos à casa do Barão propriamente dita, o esporte ali era uma realidade. Além das aulas de esgrima de nosso patrono citadas pelo embaixador Álvaro Lins em sua biografia, dois dos filhos do Barão fazem parte da história esportiva nacional. Paulo do Rio Branco, que se tornou médico, é até hoje o mais bem-sucedido jogador de rugby da história do Brasil, tendo conquistado seis vezes o campeonato francês pelo tradicional Stade Français, time da capital. Ao lado do irmão Raul, chegou a integrar o selecionado francês em excursão pela Escócia, em 1896.

Seguindo os passos do pai, Raul ingressou no Itamaraty e teve papel fundamental na criação do Comitê Olímpico Brasileiro, enquanto servia em nossa representação em Berna. Convidado pelo Barão de Coubertin, de quem era amigo, foi eleito delegado olímpico, cargo que ocupou de 1913 a 1938. Atuou para que o Brasil enviasse sua primeira delegação a uma competição olímpica, que se realizaria em 1920, em Antuérpia, Bélgica. O primeiro ouro olímpico brasileiro sairia justamente naqueles jogos, com o atirador Guilherme Paraense. O segundo ouro viria 32 anos depois, pelos saltos do maior atleta a integrar os quadros do Itamaraty até hoje: Adhemar Ferreira da Silva.

Nascido em São Paulo, em 1927, filho da empregada doméstica Augusta da Silva e do funcionário da Estrada de Ferro Sorocaba, Antônio da Silva, Adhemar formou-se em Belas Artes na Escola Técnica Federal de São Paulo, com especialização em escultura. Trabalhou em oficinas e ateliês, época em que também fazia apresentações como cantor com um grupo de amigos.

Apesar do dom artístico, foi no esporte que viria sua consagração. Como conta Tania Mara Siviero, na biografia *Herói por nós*, graças a um encontro fortuito com um atleta do São Paulo Futebol Clube, Adhemar foi convidado a conhecer o clube e a formar parte do seu time de atletismo. Foi lá que conheceu o salto triplo, esporte que o levaria à fama internacional.

Treinado pelo alemão Dietrich Gerner, Adhemar teve uma rápida evolução no esporte. Cerca de um ano após sua estreia na modalidade, foi convocado para os Jogos Olímpicos de Londres (1948). Seria a primeira de suas quatro participações olímpicas, alcançando o 14º lugar. Nas próximas olimpíadas, em Helsinque (1952), Adhemar chegaria para disputa já na qualidade de recordista mundial, com seus 16,01 metros saltados no Troféu Brasil de 1951.

Bicampeão olímpico

Em Helsinque, a vitória de Adhemar viria acompanhada de quatro recordes mundiais em apenas seis saltos, para delírio dos presentes. A passagem pela Finlândia despertou no atleta o interesse pela língua e cultura locais, traço que acompanhou Adhemar em todas suas viagens posteriores e que o tornou extremamente popular por onde passava. Quem era aquele brasileiro que desembarcou fazendo saudações em finlandês?

Nas olimpíadas seguintes, em Melbourne (1956), Adhemar, agora atleta do Vasco da Gama, tornou-se bicampeão olímpico, batendo no-

Divulgação/Reprodução

vamente o recorde dos jogos, com 16,35 metros. O recorde mundial também pertencia a ele, com 16,56 metros nos Jogos Pan-americanos do México, em 1955.

Sua despedida olímpica ocorreu em Roma, em 1960, competição em que foi o porta-bandeira da delegação brasileira e na qual alcançou o 11º lugar.

Divulgação/Reprodução

Adhemar Ferreira da Silva: artista plástico; ator; jornalista; atleta; professor, servidor público e diplomata

Herói nacional

Os dois ouros de Adhemar, além do tricampeonato pan-americano, o elevaram a categoria de ídolo nacional. Vale recordar que vivíamos um hiato de vitórias esportivas. Os títulos mundiais brasileiros só vieram posteriormente, com o futebol masculino (1958 e 1962); basquete masculino (1959 e 1963); e com as vitórias de Maria Esther Bueno, no tênis, e Eder Jofre, no boxe, a partir de 1959. Adhemar elevou a autoestima esportiva nacional quando a população ainda vivia a ressaca do Maracanazo de 1950. O próximo ouro olímpico nacional seria conquistado apenas em 1980, com a vela.

Adhemar permanece como o único bicampeão olímpico individual brasileiro de maneira consecutiva. O velejador Robert Sheidt, outro bicampeão individual, foi vencedor em 1996 e 2004. Os outros 11 bicampeões olímpicos brasileiros vieram ou do vôlei ou da vela em dupla.

A fama no esporte e sua desenvoltura fora das pistas o levaram a arriscar-se no teatro. Convidado por Vinícius de Moraes, atuou na peça "Orfeu da Conceição", em 1956, e, posteriormente, fez o papel da "Morte" no filme *Orfeu negro*, produção vencedora da Palma de Ouro de Cannes em 1959 e do Oscar de melhor filme estrangeiro, em 1960. Versátil, Adhemar também foi funcionário da Prefeitura de São Paulo, jornalista e educador físico. Posteriormente, formou-se em Direito.

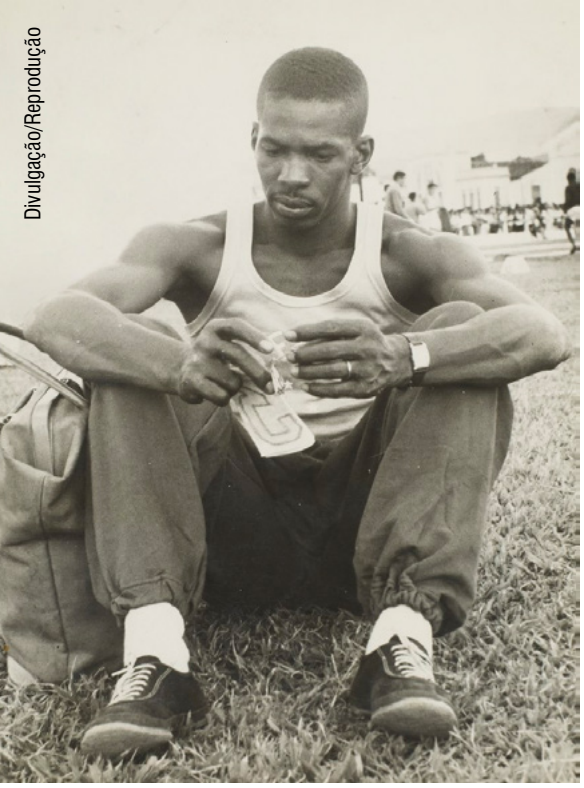
O ingresso no Itamaraty

O ingresso de Adhemar no Itamaraty deu-se no contexto do salto triplo da diplomacia brasileira para a África, com a abertura das Embaixadas em Acra (1960), Dacar (1961) e Lagos (1961). A política externa independente dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, ainda que próxima a Portugal, enxergava na descolonização africana possibilidades de parceria comercial e de influência política e cultural.

A onda de descolonização africana também foi inspiração para uma geração de artistas e intelectuais brasileiros. Em seu livro *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana*, o brasilianista Jerry Dávila estuda o período de abertura das três Embaixadas brasileiras e o idealismo com que pensadores e diplomatas brasileiros "se voltaram para a África Ocidental na esteira da descolonização, estimulados pelas conexões culturais dos dois lados do Atlântico". Entre eles estava o escritor Antônio Olinto.

Casado com a escritora Zora Seljan, a quem atribuiu o interesse original pela cultura africana, Olinto recebeu oferta de Tancredo Neves para assumir alguma adidância cultural. Sua escolha pela capital nigeriana teria surpreendido o político, segundo contou a Dávila. Lagos, em sua visão, era a cidade ideal para que o casal se aprofundasse nos estudos das relações culturais entre Brasil e a África. Imbuídos desse espírito, o casal serviu em Lagos por três anos; ele como adido, ela como leitora.

Quando chegou a hora de escolher um sucessor, em 1964, veio à mente de Olinto uma pergunta que Zora escutara de interlocutora nigeriana: "No Brasil, ainda existe gente de minha cor?" O corpo diplomático nacional não representava a diversidade étnica do Brasil que se projetava para a África. Para Olinto, Adhemar Ferreira da Silva, afrodescendente, com sólida


Divulgação/Reprodução

Em 1956, Adhemar conquistou a segunda medalha de ouro nas Olimpíadas de Melbourne

formação, fluente em línguas e com grande reputação, seria a escolha ideal para sucedê-lo. O escritor encarregou-se de sugerir pessoalmente o nome do atleta ao presidente João Goulart.

Adido cultural em Lagos

Em 7 de janeiro de 1964, a Secretaria de Estado informou à Embaixada em Lagos que o adido cultural Antônio Olinto seria substituído, a seu pedido, pelo "professor" Adhemar Ferreira da Silva. Ambos conviveram por uma semana no posto. Adhemar mudou-se para a Nigéria com a esposa Elza e seus dois filhos, Adyel e Adhemar Junior.

Em resposta à nomeação de Adhemar, o embaixador do Brasil em Lagos, José Osvaldo de Meira Penna, expressou em telegrama seu agradecimento e afirmou estar certo de que o novo adido "poderá desempenhar sua missão com maior sucesso, dadas as suas qualidades pessoais, tanto no campo propriamente didático, quanto no da imprensa, assuntos culturais em geral, atletismo e nos contatos humanos com a comunidade local de descendentes de brasileiros".

Compunha o corpo diplomático da Embaixada do Brasil em Lagos, naquele momento, além do embaixador Meira Penna, o conselheiro Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa, neto do Barão e sobrinho de Raul, nosso primeiro delegado olímpico. Nestas coincidências da vida, pedaços da história olímpica brasileira se encontrariam na Embaixada em Lagos.

Saudações calorosas

Os jornais locais repercutiram a chegada de Adhemar. Sob os títulos *Olympic champ turns diplomat e Former olympics champ in Lagos*, os periódicos destacavam o impressionante currículo esportivo do enviado brasileiro. Apesar de aposentado, o agora adido cultural do Brasil não deixou de demonstrar seu talento nas pistas. Recortes de jornais enviados pela Embaixada reproduzem fotos de Adhemar demonstrando o salto triplo em grandes eventos locais.

Em seu primeiro relatório como adido, Adhemar afirmou que o "passado de atleta e campeão olímpico" continuava "dando grandes surpresas e enormes satisfações". Relatou que, ao ter sua presença anunciada durante o campeonato nacional de atletismo da polícia nigeriana, foi chamado para cumprimentar o presidente Nnandi Azikiwe, que teria lhe proferido as seguintes palavras: "Senhor da Silva, seja bem-vindo. Eu também estava presente naquela tarde no Estádio de Helsinque, quando o senhor maravilhou a multidão com seus saltos. Espero que, com sua presença entre nós, a Nigéria venha a ter também o seu da Silva".

Em mais uma coincidência, o primeiro ouro olímpico nigeriano foi conquistado justamente nos saltos, pela oficial de polícia Chioma Ajunwa, em 1996. Houve também o ouro olímpico no futebol masculino naqueles jogos, lembrança dolorida para nós brasileiros.

Quebrando barreiras

Apesar do grande apelo esportivo de sua figura, Adhemar relata que as atividades culturais tomavam grande parte do seu dia. No posto, foi professor de português, de música, relações públicas e palestrante. Os telegramas apontavam recorrentemente o desconhecimento nigeriano sobre o Brasil, mesmo entre as classes com melhor formação educacional. O encarregado de negócios Arnaldo Leão Marques, em 1965, ao tratar sobre a divulgação da imagem do País, afirmou que "a primeira tarefa consiste em desbravar o matagal de ignorância sobre o Brasil".

Com essa necessidade em mente, em julho de 1965 seria inaugurado o Centro Cultural Brasil-Nigéria. No seu relatório de 1967, Adhemar afirma que o Centro foi o local em que "mais energias despendeu". Muitos dos frequentadores, reconhecia, tinham a esperança de conseguir bolsas de estudo no Brasil. O relatório explicita as demandas que a ele chegavam como adido cultural: solicitações de

bolsas; informações gerais sobre o Brasil; acompanhamento de missões de brasileiros e estrangeiros; palestras e conferências em escolas, colégios, universidades, associações religiosas, clubes e outras organizações culturais; e a realização de missões culturais e intensas atividades com descendentes de brasileiros.

As projeções de filmes brasileiros foram uma das principais ferramentas de divulgação no Centro Cultural. Entre as películas, estava *Orfeu negro*, no qual Adhemar fazia o papel da "Morte", sempre à espreita de Eurídice. Em sua biografia *Herói por nós*, conta-se que, em uma das exibições, estudantes nigerianos entusiasmaram-se demais com o enredo e ficaram enraivecidos com nosso adido cultural na plateia. Culpavam-no pela morte de Eurídice. O filme garantiu audiência cheia nas exibições no Centro Cultural, as quais foram seguidas de "aplaudida demonstração de instrumentos musicais afro-brasileiros" pelo adido cultural, como relata telegrama de 1966.

Retorno ao Brasil

Diante da crise política de 1966 na Nigéria, Adhemar enviou a esposa e os dois filhos de volta ao Brasil. Ficaria ainda mais um ano no posto. A despedida de Adhemar, no entanto, foi marcada por dificuldades financeiras. Em telegrama à Secretaria de Estado, em janeiro de 1967, Arnaldo Leão Marques relata a "situação financeira extremamente precária" do adido e sublinha o custo de vida "extraordinariamente caro" de Lagos.

Às dificuldades pessoais se somaram as dificuldades financeiras de manutenção do posto e de seu Centro Cultural, cujo prédio foi devolvido ao proprietário em agosto de 1967. De retorno ao Brasil, Adhemar concluiu seus estudos em Direito, regressou à carreira de jornalista e dedicou-se a projetos esportivos até o final de sua vida, em 2001.

Em maio de 1964, em telegrama sobre sua viagem à Região Ocidental da Nigéria, o embaixador Meira Penna enviou um significativo relato da atuação de Adhemar no Itamaraty: "O adido cultural Adhemar Ferreira da Silva prestou-me, além de boa companhia, grande ajuda nesse trabalho de relações públicas e divulgação de coisas brasileiras. Além de representar um exemplo vivo da importância do elemento na etnia brasileira, o senhor Ferreira da Silva granjeou enorme simpatia com seu charme pessoal e seu violão, graças ao qual puderam os nossos hospedes comprovar, imediatamente, pela música, a realidade do que afirmávamos quanto à intimidade das relações culturais entre o Brasil e a Iorubalândia."

O legado de Adhemar

No esporte, Adhemar inaugurou uma tradição nos saltos que nos traria sete recordes mundiais e mais cinco medalhas olímpicas com Nelson Prudêncio (1968/Prata e 1972/Bronze), João do Pulo (1976 e 1980/Bronze) e com Maurren Maggi (2008/Ouro), esta no salto em distância. As duas estrelas amarelas do escudo do São Paulo prestam homenagem aos seus recordes mundiais.

Divulgação/Reprodução

Único atleta brasileiro que recebeu duas medalhas de ouro nas competições olímpicas

Em 2012, quando da criação do Hall da Fama do atletismo mundial pela Federação Internacional de Atletismo, seu nome estava entre os 12 agraciados, ao lado de ícones mundiais como Carl Lewis, Jessen Owens e Emil Zatopek. Seu falecimento, em 12 de janeiro de 2001, foi objeto de nota presidencial: "Ele honrou o Brasil e o Esporte. Adhemar foi um exemplo para todos nós".

Que sua passagem pelo Itamaraty e seu esforço na divulgação da cultura brasileira possam ser lembradas por nós neste ano olímpico.

Primeiro Secretário **Paulo Cezar Rotella Braga**, lotado na Divisão de Meio Ambiente II (DEMA II)

A viagem dos reis da Bélgica ao Brasil, sob as lentes de Guilherme Santos

A visita do rei Alberto I da Bélgica (1875-1934) ao Brasil, entre 19 de setembro e 15 de outubro de 1920, foi a primeira realizada por uma monarca europeu à América do Sul (A Noite, 2 de junho de 1920). Ele veio acompanhado de sua esposa, a rainha Elisabeth (1876-1965), e o filho do casal, o príncipe Leopoldo (1901-1983), futuro rei Leopoldo III, juntou-se a eles no princípio de outubro. Durante sua estadia no país, o casal real foi sempre aclamado pela população e os jornais comumente referiam-se ao soberano como o "rei herói" ou o "rei soldado", devido à sua atuação na Primeira Guerra Mundial (*Jornal do Brasil*, 8 de abril de 1920).

Em artigo assinado pelo jornalista e escritor Gilberto Amado (1887-1969) foi ressaltada a capacidade do "grande rei católico" de conciliar em sua pessoa "o espírito democrático do nosso tempo com as tradições da velha casa dinástica" e sua visita ao Brasil seria, então, "um extraordinário acontecimento que representa uma honra para o Brasil e uma glória para o governo que o propicia" e uma oportunidade para o povo brasileiro "aclamar uma das mais belas figuras morais do mundo moderno" (*O Paiz*, 14 de junho de 1920). Segundo o primeiro-ministro belga, Léon Delacroix (1867-1929), a viagem teria como consequência uma estreita aproximação comercial entre os dois países (*O Paiz*, 4 de setembro de 1920). De fato, um dos frutos da viagem foi a criação da Companhia Belgo Mineira, em 1921.

O convite formal para a viagem dos reis da Bélgica foi feito pelo delegado do Brasil na Conferência de Versalhes, em 1919, Epitácio Pessoa. Foi precedida por vários preparativos como a reforma do Palácio da Guanabara (*O Paiz*, 27 de abril de 1920), o restabelecimento da Ordem do Cruzeiro – criada por Dom Pedro I, em 1822, e extinta com a proclamação da República (*Gazeta de Notícias*, 15 de junho de 1920) – , e a criação de um protocolo para recebê-los. Vários eventos foram programados para recepcionar os reis, desde festas públicas a jantares protocolares e visitas a instituições como ao Jardim Botânico e ao Instituto Oswaldo Cruz. Os soberanos também foram a São Paulo e a Minas Gerais.

Cronologia da viagem dos reis da Bélgica ao Brasil, em 1920

19/09 – Chegada dos reis da Bélgica, Alberto I e Elisabeth, ao Rio de Janeiro, a bordo do encouraçado São Paulo. Desembarcaram no cais Mauá e a população os recebeu de forma "apoteótica". Seguiram com o presidente da República, Epitácio Pessoa (1865–1942), pela avenida Rio Branco, até o Palácio Guanabara, onde alunas do Instituto Nacional de Música e do Liceu Francês cantaram o hino da Bélgica, *La Brabançonne*. Na avenida Rio Branco, senhoritas da Cruz Vermelha venderam mais de 3500 *edelweiss* e 1500 laços com as cores da Bélgica em favor da Cruzada Nacional contra a Tuberculose. Às 18h, realização do círculo diplomático, quando os reis foram apresentados a vários embaixadores. O casal real chegou ao Palácio do Catete, às 17h35, para a visita protocolar ao presidente da República. Voltaram para o Palácio da Guanabara e, à noite, foram a um jantar íntimo no Palácio do Catete. Estavam presentes além dos reis, do presidente e da primeira-dama, a senhorita Laurita Pessoa e a condessa de Chimay (*Correio da Manhã*, 20 de setembro de 1920).

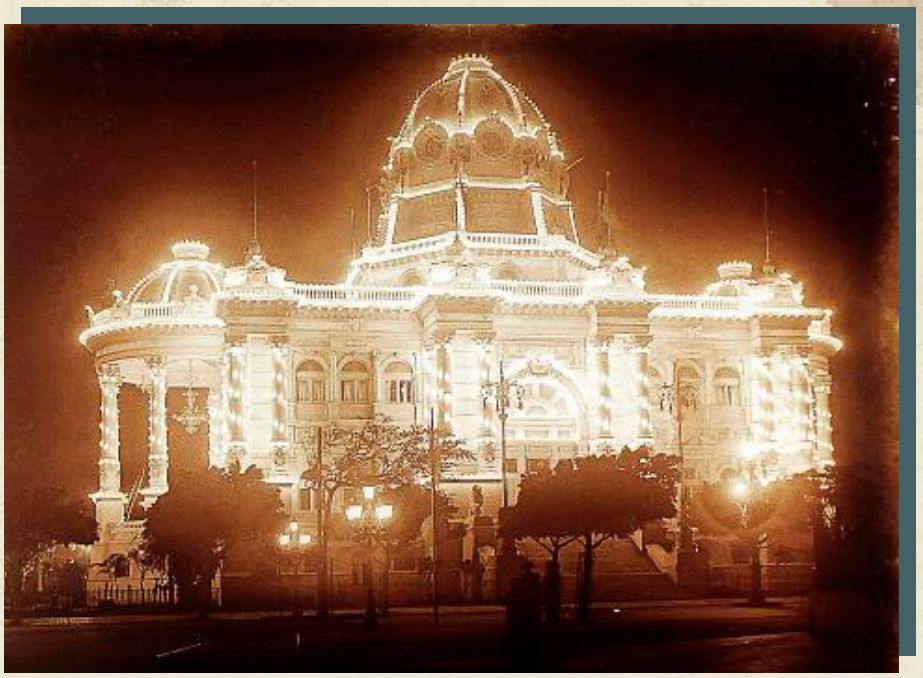
20/09 – Às 11h, no Palácio da Guanabara, os reis da Bélgica receberam os representantes do Congresso Nacional e outras autoridades. Às 15h, o rei Alberto I foi recebido no Palácio Monroe, para onde foi acompanhado pelo presidente da República. Foi saudado pelo presidente do Senado, Antonio Azeredo (1861-1936), e pelo presidente da Câmara, Bueno Brandão (1858-1931). Às 16h, seguiu então para o Supremo Tribunal Federal. Foi saudado pelo ministro André Cavalcanti (1834-1927). À noite, realização de um ban-

quete para os reis no Palácio do Catete (*O Paiz*, 21 de setembro de 1920).

21/09 – Pela manhã, o rei Alberto I foi tomar um banho de mar em Copacabana. Depois deu uma volta de carro pelo Centro, pela Glória e por outros pontos da cidade. Visitou a igreja da Candelária. A rainha Elisabeth também foi tomar um banho de mar em Copacabana. À tarde, em companhia do presidente da República e da primeira-dama, o casal real foi visitar a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Histórico e Geográfico (*O Paiz*, 22 de setembro de 1920).

22/09 – Pela manhã, em horários diferentes, o rei e a rainha voltaram a Copacabana onde tomaram um banho de mar. O rei, depois, passeou pelo bairro. À tarde, o rei Alberto I foi ao Segundo Regimento da Cavalaria, onde montou a cavalo. Depois, a rainha Elisabeth chegou em companhia de Epitácio Pessoa. Foi realizada uma parada militar, quando o rei passou em revista as tropas, tendo sido aclamado pela multidão que assistia ao cortejo. À noite, foram ao Corcovado (*O Paiz*, 23 de setembro de 1920).

23/09 – Às 11h, os reis receberam no prédio da legação da Bélgica, em Botafogo, os membros da colônia belga residentes no Rio de Janeiro. Foi oferecido um cheque de 50 mil francos para as obras de caridade da rainha. Dois pescadores portugueses ofereceram ao casal um cherne de cerca de 80 quilos. Acompanhados pelo ministro da Bélgica, uma comissão dos presidentes das associações francesas do Rio de Janeiro visitou a rainha e ofertou um cheque de 25 mil francos para a Obra de Beneficência Belga. À tarde, o rei foi visitar o Colégio Militar em companhia de Epitácio Pessoa. Foram recebidos pelo ministro da Guerra. Os alunos jogaram pétalas de rosas no rei. Suas majestades visitaram o Pão de Açúcar, onde foi servido um chá. À noite, no salão nobre do Club dos Diários, realização de uma solenidade promovida pelas associações científicas e literárias em homenagem aos reis. Foram saudados pelo barão Ramiz Galvão (1846-1938), presidente do Conselho Superior de Ensino e reitor da Universidade, após ouvirem a protofonia do O *Guarany*. O presidente do Instituto Histórico e Nacional, Afonso Celso (1860-1938), ofereceu a sua majestade o título de presidente honorário da mencionada instituição. O rei Alberto I condecorou o sr. Ramiz Galvão com a Ordem de Leopoldo II (*O Paiz*, 24 de setembro de 1920). A congregação dos professores da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, por proposta de seu diretor, Cândido Mendes de Almeida (1866-1939), aclamou o rei Alberto I professor *honoris causa* da instituição (*O Paiz*, 26 de setembro de 1920).

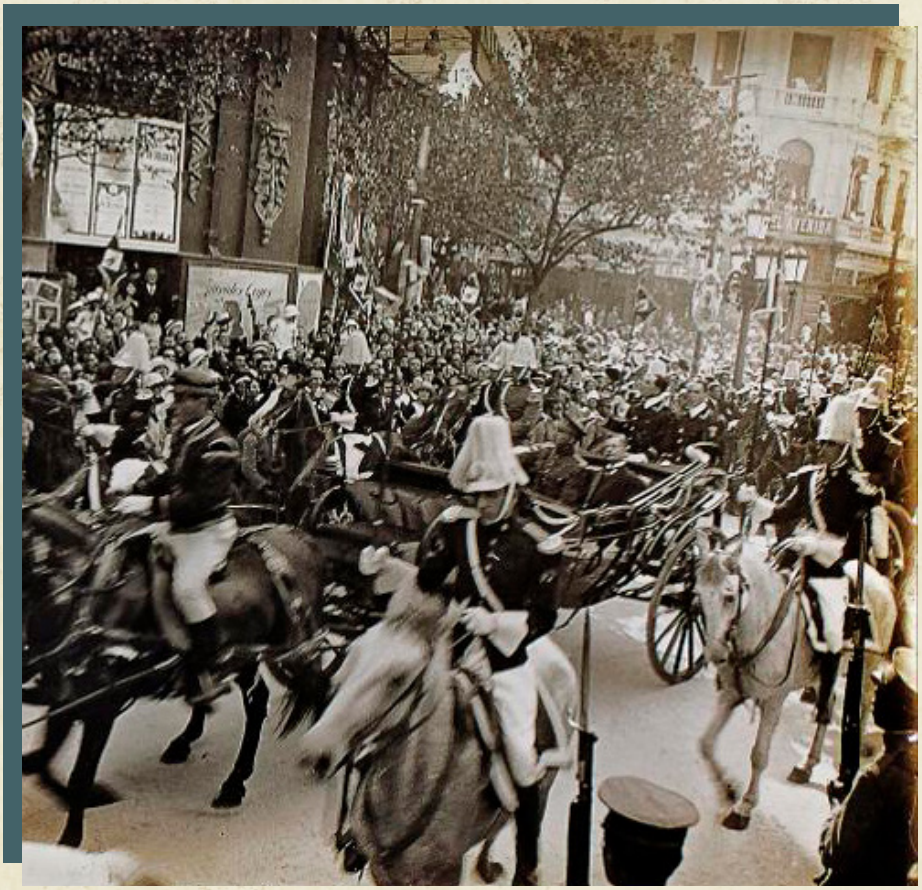


Acervo IMS

Palácio Monroe iluminado para a chegada dos reis da Bélgica

24/09 – O rei começou o dia com o usual banho de mar em Copacabana. Depois, a bordo de uma lancha, passeou pela baía de Guanabara. A rainha ficou no Palácio da Guanabara lendo sua correspondência. O rei foi, ainda pela manhã, passear pela Floresta da Tijuca. Almoçou com sua comitiva no Hotel do Itamaraty. Uma curiosidade: o rei apreciou muito o bacalhau à brasileira, um dos pratos servidos, que chegou a repetir. Continuou então o passeio, escalou o Pico da Tijuca e ficou entusiasmado com a beleza da natureza. Chegou ao Palácio da Guanabara, às 18h. O major Mario Couti-

Acervo IMS



Carro a Dumont vendo-se o rei Alberto I e o presidente Epitácio Pessoa

nho, intendente do palácio do governo, e vários oficiais do encouraçado São Paulo foram condecorados pelo rei Alberto I com o oficialato do rei Leopoldo II. Noticiou-se que as negociações para a reabertura da Câmara de Comércio Belgo Brasileira estavam intensificadas. Em Bruxelas, foi aceita a proposta para a criação da cátedra de português na Universidade da Bélgica. Nos cinemas da capital da Bélgica, foram projetados filmes sobre o Brasil (*O Paiz*, 25 de setembro de 1920).

25/09 – O rei começou o dia com o usual banho de mar em Copacabana. No meio da manhã, foi para o Derby Club, onde a colônia belga havia preparado uma recepção para o soberano. Às 14h, Alberto I foi com o presidente Epitácio Pessoa visitar o Instituto Oswaldo Cruz. Foram recebidos pelo doutor Carlos Chagas (1878-1934) e seus assistentes. Às 17h, a rainha Elisabeth foi visitar o Museu Nacional, tendo sido recebida pelo professor Bruno Lobo (1884-1945), diretor da instituição, que a presentou com um livro contendo os arquivos do museu "ricamente encadernado". O ministro da Marinha, Raul Soares (1877-1924), foi convidado para o almoço que os reis ofereceram no dia 26 na legação da Bélgica. O casal real foi visitado, no Palácio da Guanabara, por Max Fleuiss (1868-1943), Carlos de Laet (1847-1927), Ramiz Galvão (1846-1938) e por Fontoura Xavier (1856-1922), embaixador do Brasil em Londres. A imprensa belga elogiou o Brasil e os brasileiros pela acolhida a seus soberanos (*O Paiz*, 26 de setembro de 1920).

26/09 – Apesar da chuva, os soberanos iniciaram o dia com um banho de mar em Copacabana. O rei foi seguido pelas senhoritas Zoraida Cavalcanti e Angelina Cock. Em seu passeio até o Leme, foi presenteado por uma caixa de charutos pela baiana Alva Leoni, filha do deputado baiano Arlindo Leoni (1869-1936). Às 9h, o casal assistiu à missa solene realizada no Palácio São Joaquim pelo cardeal Arcoverde (1850-1930). Almoçaram no Palácio da Guanabara, onde foram visitados por Hilário de Gouveia (1843-1923), sr. e sra. Bento Oswaldo Cruz, e pelo senador Irineu Machado (1872-1942). Moradores da estação do Encantado mandaram uma carta para o diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil pedindo que o nome da estação fosse mudado para Sua Majestade Elisabeth. Com a presença de Epitácio Pessoa e do casal real, realização no Derby Club de um páreo com o nome de Alberto I (*O Paiz*, 27 de setembro de 1920). Cerca de 35 mil pessoas compareceram ao estádio do Fluminense para participar da homenagem aos reis belgas. Segundo a imprensa: "foi uma apoteose sem igual!". Cerca de 1500 jogadores de futebol, dos clubes da Liga Metropolitana, desfilaram para o casal real. Realizou-se uma partida de futebol entre os times da zona norte e da zona sul da Liga Metropolitana. A zona sul venceu por 3 a 0 (*O Paiz*, 27 de setembro de 1920).

27/09 – O soberano belga começou o dia com seu habitual banho de mar em Copacabana. Às 11h15, o rei recebeu no Palácio da Guanabara a imprensa brasileira. Saudou os jornalistas e Raul Pederneiras (1874-1953), presidente da Associação de Imprensa, apresentou a ele cada diretor de jornal presente à cerimônia. Na sede da legação da Bélgica, na praia de Botafogo, o rei Alberto ofereceu um almoço ao presidente da República, Epitácio Pessoa. Depois foram juntos, acompanhados pelo prefeito do Rio, Carlos Sampaio (1861-1930), e por outras autoridades dar um longo passeio pela Tijuca. Voltaram pela Gávea e o rei inaugurou oficialmente a avenida Niemeyer. A rainha Elisabeth visitou o Instituto de Manguinhos. À noite, jantaram no Palácio da Guanabara (*O Paiz*, 28 de setembro de 1920).

28/09 – Os reis belgas e a comitiva real foram para Teresópolis em companhia de Epitácio Pessoa e outras autoridades. Seguiram no vapor Presidente até a estação Piedade, onde passaram para um trem especial da Estrada de Ferro Teresópolis. O casal real ficou hospedado no palacete do sr. Sloper. Almoçaram no bosque da Caixa d'Água e depois visitaram o salto do Imbuhy e o bosque da residência do comendador Gonçalo de Castro. Jantaram na Villa Sloper e foram saudados com um show de fogos de artifício (*O Paiz*, 29 de setembro de 1920).

29/09 – O grupo partiu pela manhã para Petrópolis, onde hospedou-se na residência da sra. Franklin Sampaio. Almoçaram no Palácio da Prefeitura e depois visitaram o Colégio São Vicente de Paula. Chegaram ao Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, depois das 20h (*O Paiz*, 30 de setembro de 1920).

30/09 – Após trocar de roupa no palacete Mackenzie, o rei Alberto tomou seu habitual banho de mar em Copacabana. A rainha Elisabeth foi visitar o Jardim Botânico e o rei Alberto foi ao reservatório do Trapicheiro, na Fábrica das Chitas. Também percorreu a Floresta do Andaraí. O casal real almoçou no Palácio da Guanabara. O rei Alberto recebeu em audiência especial brasileiros que haviam cursado universidades belgas. À tarde, o soberano visitou o Jardim Botânico, onde a pedido do diretor da instituição, Pacheco Leão, plantou uma árvore. A rainha Elisabeth recebeu um donativo das senhoras da Cruz Vermelha. O governo brasileiro ofereceu aos soberanos uma *garden party* nos jardins do Palácio do Catete, a partir das 16h30. Foram apresentados vários bailados executados pela companhia Bonetti. Os soberanos se retiraram às 19h. Foram ao Teatro Municipal onde foi realizado um concerto de gala em homenagem ao casal, sob a regência dos maestros Francisco Braga (1868-1945), Elpidio Pereira (1872-1961), Octaviano Gonçalves (1892-1962) e de Villa-Lobos (1887-1959). Depois do espetáculo, o rei foi passear na Tijuca, subindo pela Gávea, de onde retornou por volta das duas horas da madrugada (*O Paiz*, 1º de outubro de 1920).

01/10 – Para "encanto" da população, os reis belgas percorreram ruas do centro do Rio de Janeiro. Após o almoço, o soberano visitou a brigada policial. A rainha Elisabeth voltou ao Jardim Botânico. A congregação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro decidiu dar o título de doutor *honoris causa* para o rei Alberto da Bélgica. Às 19h10, o casal real embarcou para Belo Horizonte, em Minas Gerais. O comboio real partiu da Estação Central do Brasil. Como de hábito, a comitiva

Acervo AGCRJ

Obras na Avenida Niemeyer

real foi aclamada pela população. O filho dos reis belgas, o príncipe Leopoldo (1901-1983), futuro Leopoldo III, rei da Bélgica, chegou no Recife, a bordo do transatlântico belga Pays de Waes (*O Paiz*, 2 de outubro de 1920).

02/10 – A chegada dos soberanos a Belo Horizonte foi marcada pela aclamação popular. Epitácio Pessoa, outras autoridades e a comitiva real também foram para a capital mineira. Recebidos por Artur Bernardes (1875-1955), governador de Minas Gerais, ficaram hospedados no Palácio da Liberdade, para onde foram após o cortejo pela cidade. Almoçaram no palácio e depois visitaram Artur Bernardes. Receberam diversas autoridades e depois, em companhia de Epitácio Pessoa e de sua mulher, foram visitar o Conselho Deliberativo e o Tribunal da Relação. Na Praça da Liberdade, alunos de escolas públicas cantaram o hino belga. Foi noticiado que o rei havia recebido o título de "Cidadão Carioca" (*O Paiz*, 3 de outubro de 1920).

03/10 – Às 9h, o rei Alberto, acompanhado por Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, visitou o quartel da força pública de Belo Horizonte. Às 10h30, em companhia da rainha Elisabeth, assistiu à missa no Colégio de Santa Maria das Irmãs Dominicanas, celebrada pelo abade Nols. Almoçaram no palacete Afonso Penna. Os reis visitaram a Lagoa Santa. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso fez uma sessão em homenagem aos reis. O príncipe Leopoldo desembarcou em Salvador, onde foi recebido pelo cônsul belga e por representantes do governador da Bahia. Às 13h30, o transatlântico zarpou com destino ao Rio de Janeiro (*O Paiz*, 4 de outubro de 1920).

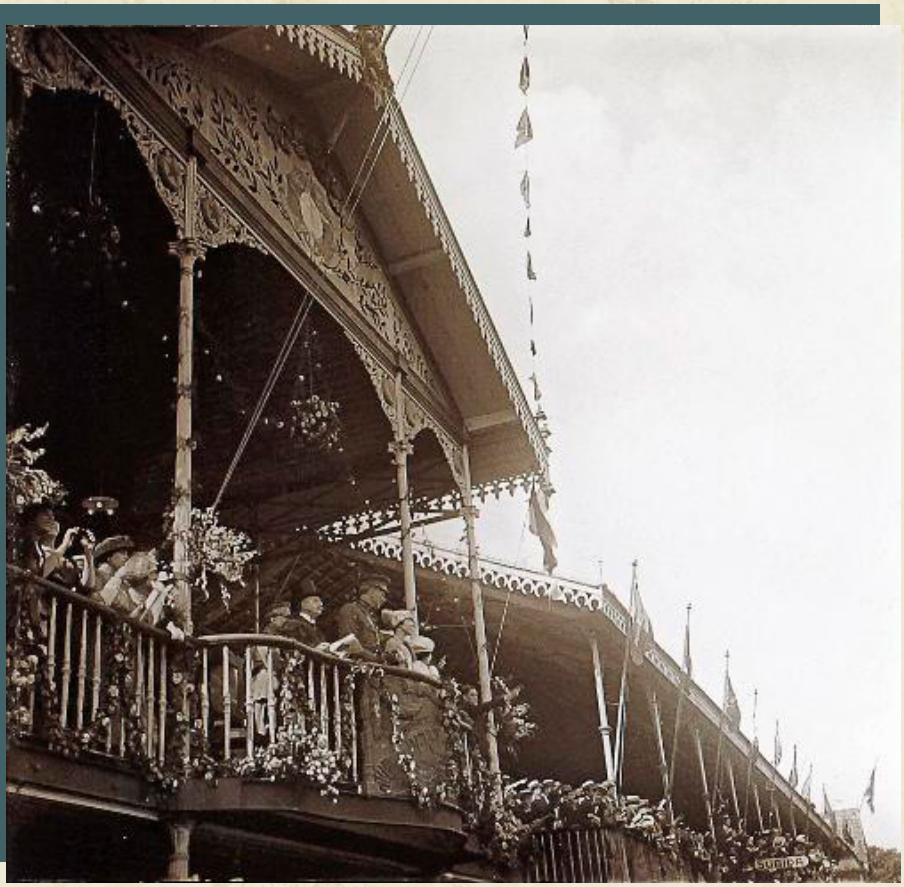
04/10 – Às 8h, o grupo seguiu para São Paulo de trem. No caminho, visitou a mineração de ouro em Morro Velho, em Vila Nova de Lima. Foram recebidos na residência do superintendente da companhia, Dr. Chalmers, onde foi servido um café da manhã e, mais tarde, um almoço. Às 16h, seguiram para Raposos, onde se despediram do governador de Minas e de outras autoridades do governo mineiro (*O Paiz*, 5 de outubro de 1920).

05/10 – O comboio real chegou em Rezende, às 10h40, e foi recebido pelo prefeito da cidade, o Dr. Cotrim Filho. Chegou na Estação da Luz, em São Paulo, às 19h20, onde foi recebido pelo governador do estado, Washington Luís (1869-1957), e por outras autoridades, em meio a uma grande aclamação popular. Foram executados os hinos do Brasil e da Bélgica e os soberanos seguiram em um cortejo até a Chácara do Carvalho, onde ficaram hospedados. Na entrada da chácara estava escrito *Gloire a vous Albert Premier, vainqueur de la bataille de Flandres, personification de l´honneur devant les générations*. Foram recebidos pelo prefeito de São Paulo, Firmiano de Moraes Pinto (1861-1938). O presidente da República ficou hospedado no palacete Martinho Prado. No Tribunal do Júri houve uma manifestação de "regojizo" pela visita dos soberanos a São Paulo. Chegada, às 20h, do príncipe Leopoldo ao Rio de Janeiro. Foi conduzido ao Palácio da Guanabara, onde ficou hospedado (*O Paiz*, 6 de outubro de 1920).

06/10 – Às 9h, no Palácio dos Campos Elísios, o rei Alberto visitou Washington Luís, a quem entregou o cordão da Ordem de Leopoldo II. Às 10h, os soberanos assistiram, na avenida Tiradentes, a uma parada e desfile da força pública. Visitaram a escola de educação física da força pública, onde foram saudados por uma pirâmide humana. À tarde, o rei foi visitar o Palácio das Indústrias e percorreu vários pontos da cidade (*O Paiz*, 7 de outubro de 1920). O príncipe Leopoldo visitou o Corcovado, o Pão de Açúcar e a Tijuca. Foi visitado pelo senador Antonio Azeredo e pelos senhores Honório e Álvaro Guimarães, com quem havia estudado na Inglaterra. Recebeu também diversos embaixadores e ministros (*Gazeta de Notícias*, 7 de outubro de 1920).

07/10 – O príncipe Leopoldo chegou a São Paulo com sua comitiva. Os reis belgas, o presidente da República, e membros de suas comitivas visitaram o Instituto Butantan. Voltaram para a Chácara do Carvalho onde receberam ex-alunos da Universidades de Liège, membros das colônias francesa e belga da capital e de Santos, além de uma comissão da imprensa. Os soberanos foram muito presenteados e a rainha Elisabeth determinou que todas as flores que ela havia recebido fossem distribuídas pelos hospitais de São Paulo. À tarde, visitaram em companhia de Washington Luís, sua esposa e do príncipe Leopoldo, a Escola Normal, onde assistiram a um espetáculo musical e à uma demons-

Acervo IMS



Alberto I, rei da Bélgica, durante o Grande Prêmio no Derby Club

tração de ginástica calistênica. Foram calorosamente saudados pelas alunas. Os soberanos se retiraram às 16h30 e voltaram para a Chácara do Carvalho. Às 19h30, partiram da Estação da Luz para a fazenda Guatapará. O comboio passou por Campinas e os soberanos jantaram em Rio Claro (*O Paiz*, 8 de outubro de 1920).

08 e 09/10 – Visita à Fazenda Guaratapá (*O Paiz*, 9 de outubro de 1920 e 10 de outubro de 1920).

10/10 – O rei Alberto iniciou o dia fazendo exercícios na piscina. Após o café da manhã, percorreu a propriedade em companhia do dr. Alves de Lima, diretor presidente da Companhia da Fazenda Guaratapá. No almoço só foram servidos pratos brasileiros. À tarde foi com Alves de Lima a Ribeirão Preto, onde assistiu a um jogo de futebol entre o Palestra e um clube local. Retornou por volta das 18h. A rainha Elisabeth e o príncipe Leopoldo, com a condessa Caraman Chimay e com o dr. Adolpho Lutz, fizeram um passeio de canoa pelo rio Mogi-Guaçu, onde pescaram e caçaram borboletas. Dois cinegrafistas da comitiva do rei fizeram um voo com o piloto Edu Chaves (*O Paiz*, 11 de outubro de 1920).

11/10 – O casal real, o príncipe Leopoldo e a comitiva voltaram a São Paulo. Chegaram na Estação da Luz por volta das 17h30 e seguiram para a Chácara do Carvalho. A rainha Elisabeth foi então percorrer a avenida Paulista. De volta à chácara, ela, seu marido e seu filho passearam pelos jardins até a hora do jantar (*O Paiz*, 12 de outubro de 1920).

12/10 – O casal real, o príncipe Leopoldo e a comitiva visitaram a cidade de Santos, onde chegaram por volta das 12h10. Seguiram em cortejo pela cidade, onde foram aclamados, e seguiram para o Parque Balneário, onde foi servido um banquete. À noite, partiram de São Paulo de volta ao Rio de Janeiro (*O Paiz*, 13 de outubro de 1920).

13/10 – Já no estado do Rio, na cidade de Pinheiros, os soberanos visitaram o Patronato de Menores e o Posto Zootécnico do governo federal. Chegaram ao Rio de Janeiro por volta das 16h30. Seguiram em cortejo para o Palácio da Guanabara. O casal foi nadar na praia de Copacabana, da onde retornaram por volta das 18h30 (*O Paiz*, 14 de outubro de 1920).

14/10 – Os reis foram ao Palácio do Catete, às 14h, de onde seguiram com o presidente da República e sua mulher para a Quinta da Boa Vista, onde assistiram à festa das crianças. Como lembrança da viagem ao Brasil, os reis belgas ofereceram ao presidente Epitácio Pessoa uma coleção de pratos de porcelana de Bruxelas com pinturas das principais cidades da Bélgica. À esposa de Epitácio Pessoa ofereceram um relógio pulseira e às filhas do casal *pendentifs* de platina e pedras preciosas. O presidente assinou um decreto dando cidadania brasileira ao rei Alberto e o tornando marechal do Exército Nacional. Além disso, o decreto previa a construção de um monumento em

homenagem à viagem dos belgas ao Brasil (*O Paiz*, 15 de outubro de 1920).

15/10 – Às 12h, o senador Rui Barbosa (1849-1923) chegou ao Palácio da Guanabara, onde almoçou com os soberanos belgas. À tarde, o rei visitou, com o prefeito Carlos Sampaio, o Campo de Santana. Foi presenteado com vários exemplares de palmeiras. Por ordem do presidente Epitácio Pessoa a legação da Bélgica foi elevada à categoria de Embaixada. Os soberanos belgas receberam diversos presentes, dentre eles uma "rica e luxuosa encadernação de um volume da Constituição Brasileira e outra do Código Civil Brasileiro, acondicionada em uma bela caixa de veludo verde escuro guarnecida de ouro, tendo gravada na tampa as armas da República", ofertada pelo diretor da Imprensa Nacional, sr. Castelo Branco. O casal presidencial jantou no Palácio da Guanabara com os reis belgas. Foi realizada na baía da praia de Botafogo a festa veneziana organizada pelo Conselho Municipal em homenagem aos reis da Bélgica, que compareceram com o príncipe Leopoldo e com Epitácio Pessoa e sua esposa. A festa teve a apresentação de um préstito de embarcações das sociedades de regatas associadas à Federação Brasileira das Sociedades de Remo, a execução de diversas músicas e fogos de artifício. A população lotou toda a enseada de Botafogo. Quando a festa terminou, os soberanos passearam pela enseada a bordo da lancha Internacional e se retiraram (*O Paiz*, 16 de outubro de 1920).

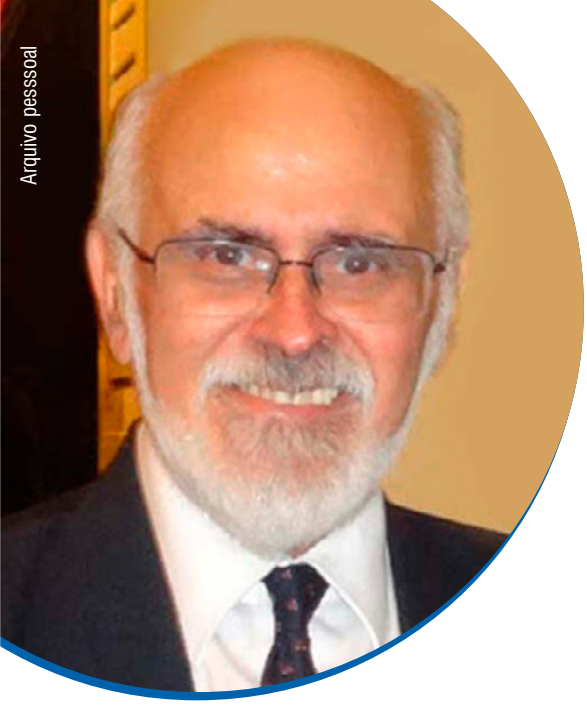
Acervo IMS

Alberto I, rei da Bélgica, visitando o parlamento

16/10 – Às 10h30, o presidente Epitácio Pessoa e sua esposa, acompanhados de outras autoridades, chegaram ao Palácio da Guanabara, onde foram recebidos pelo casal real. Meia hora depois, o cortejo real partiu para a praça Mauá, passando pela rua Paissandu, e pelas avenidas Beira-Mar e Rio Branco. Foram aclamados por todo o trajeto, que contava com tropas de terra e de mar, sob o comando do general Luiz Barbedo. No cais Mauá, foram recebidos por várias autoridades. Embarcaram com o príncipe Leopoldo, com Epitácio Pessoa e sua esposa, e com mais algumas autoridades e membros de sua comitiva no galeão Dom João VI em direção ao encouraçado São Paulo. Demais membros da comitiva embarcaram na lancha Olga. Os soberanos foram recebidos no São Paulo pelo comandante Gomensoro e por toda a oficialidade. Foram para o salão de honra do navio, onde houve os últimos cumprimentos e a despedida. Às 14h, o encouraçado teve suas âncoras suspensas e iniciou a viagem de volta dos reis belgas (*O Paiz*, 17 de outubro de 1920).

Andrea C. T. Wanderley, editora e pesquisadora do portal Brasiliana Fotográfica.

Este artigo foi originalmente publicado no site Brasiliana Fotográfica, da Biblioteca Nacional, em 26 de setembro de 2016. O texto integral está disponível em: tinyurl.com/brasilianafotografica.


Arquivo pessoal

Um idealista a serviço do Brasil

Faleceu, em 6 de setembro de 2020, o embaixador Isnard Penha Brasil Junior, meu pai. Nascido em 1946, em Belém do Pará, filho de um mineiro e de uma catarinense que haviam se conhecido no Rio de Janeiro, meu pai chegou muito cedo em Recife, cidade onde viveria até a conclusão da faculdade de Direito e a preparação para o concurso do Instituto Rio Branco. Em 1968, enquanto aguardava o início da prova de inglês, conheceu minha mãe, Ana Maria Penha Brasil, iniciando um relacionamento de mais de 50 anos. Os dois foram colegas na primeira turma a cursar o Rio Branco inteiramente em Brasília.

Seu primeiro posto no exterior foi o México, de onde seguiu para Tóquio e, depois, Madri. Durante uma longa missão transitória na Arábia Saudita em 1979, quando a Embaixada ainda funcionava em Jiddah, chegou, ainda segundo secretário, a exercer a função de Encarregado de Negócios naquele país, cargo de muita responsabilidade, tendo em vista a crise do petróleo que então se desenrolava. De volta a Brasília, foi cedido a outros órgãos, como o Senado Federal e a Casa Civil da Presidência da República, vindo a participar da coordenação da Assembleia que elaboraria a Constituição de 1988. Sua tese de CAE, apresentada naquele mesmo ano, tratava do turismo como fonte de divisas para o Brasil, a primeira a abordar esse tema.

Em um segundo período no exterior, trabalhou nas Embaixadas em Kuala Lumpur, Haia e Nova Delhi. Foi cônsul-geral em Vancouver e em Ciudad del Este, depois embaixador em Argel e em Riade. No final de sua carreira, chefiou o Escritório de Representação do Nordeste (ERENE) em Recife, cidade que sempre chamou de sua e à qual retornou como quem volta para casa depois de uma longa viagem.

Bons propósitos

Meu pai era um idealista. Era, essencialmente, um homem bom, um ser humano de bons sentimentos, boas palavras e boas ações. Quando perguntado, no formulário que precisava preencher para se candidatar ao concurso, do motivo pelo qual desejava ser diplomata, escreveu: “para ajudar a melhorar as relações entre os povos”.

Para ele, a ideia de servir ao Brasil, longe de ser uma figura de linguagem, constituía uma realidade mais do que concreta. Interessou-se por diversas áreas da diplomacia, como a promoção comercial, as negociações multilaterais e a assistência consular. Buscou compreender profundamente os países com os quais lidava, pesquisando cuidadosamente histórias nacionais e regionais e chegando a estudar idiomas como japonês, russo e árabe.

Fora da atividade diplomática, tinha interesse por uma variedade incrível de assuntos, da engenharia à filosofia, da estratégia militar à literatura. Fotógrafo e pintor, produziu belíssimas imagens e realizou algumas exposições. Animava as festas com seu violão, sua voz de barítono e suas risadas contagiantes, que tive muitas oportunidades de presenciar e que, agora, figuram entre as minhas mais queridas memórias.

Legado paterno

Com meu pai, aprendi alguns dos valores mais caros que levo comigo: honestidade, honra, amor ao nosso país, respeito pelo nosso trabalho, gentileza para com todas as pessoas, sem qualquer distinção de tipo algum. Quando discordávamos em algum tema, ele estava sempre disposto a conversar, refletir e repensar, se fosse o caso. Sua constante fascinação pelo mundo que o rodeava, desde grandes questões filosóficas até uma minúscula flor desabrochando, serão uma inspiração para mim enquanto eu estiver vivo. Seu legado é nada menos do que o de uma vida bem vivida, com amor, curiosidade, alegria e satisfação.

Além de muita saudade e de uma viúva ainda apaixonada por ele, meu pai deixa três filhos que escolheram o serviço ao Brasil como suas carreiras e dois netos, Rodrigo e Antonia, esta última ainda por chegar, a quem nos cabe, agora, contar histórias sobre o grande ser humano que foi seu avô.

Conselheiro **Bernardo Penha Brasil**, chefe da DAF III.

Vem, de onde?

Ernest Bevin, chanceler britânico (1945-1951) depois da Segunda Guerra Mundial, era um ex-operário pouco instruído do governo trabalhista de Clement Attlee. Gromyko, em suas memórias, disse haver Bevin admitido que, embora tivesse de desenvolver atividades diplomáticas, mal lera um livro sobre relações internacionais e muito provavelmente jamais também leria.

Às vezes, como conta o embaixador Pio Corrêa em *O mundo em que vivi*, via-se colhido de surpresa por certos aspectos das relações exteriores da Grã-Bretanha: "Ele não sabia que, todos os anos, o chefe da missão diplomática de Honduras pedia audiência para protestar contra a anexação ao Império Britânico da Província de Belize, assim chamada pelos hondurenhos; para os ingleses, era *British Honduras*. Quando pela primeira vez o encarregado de negócios de Honduras foi recebido e fez o seu protesto ritual, Bevin ouviu-o com profundo espanto, e, finalmente, perguntou-lhe, intrigado:

– De onde o senhor disse que vem?

– De Honduras.

– *Never heard of it* (Nunca ouvi falar disso).

Que calor!

O vice-almirante Antequera, ministro da Marinha da Espanha, nomeado embaixador num país sul-americano, foi avisado, ao chegar à capital, de que o presidente da República possuía caráter atrabiliário e escassa educação.

No dia da audiência, ao entrar no salão de despacho presidencial para entregar suas credenciais, lá se achava o presidente, em mangas de camisa, estirado num sofá, dando baforadas no charuto. Não fez nenhum gesto de saudação, nem menção de levantar-se. Antequera nem se incomodou e, com total indiferença, tirou o paletó, afrouxou a gravata e observou:

– Vossa Excelência tem toda a razão. Ninguém aguenta esse calor, senhor presidente.

Dito isso, refestelou-se na poltrona mais próxima e esperou a reação presidencial. Essa não tardou. O presidente se levantou e abraçou o embaixador espanhol, de quem se tornou amigo.

Trecho de *Os bastidores da diplomacia: o bife de zinco e outras histórias, do* embaixador **Guilherme Luiz Leite Ribeiro.**

ADB PROMOVE NOVA EDIÇÃO DO

NATAL *solidário*

A ADB convida o(a)s associado(a)s a participar da campanha Natal Solidário. Sua ajuda é especialmente importante no contexto das dificuldades econômicas causada pela pandemia.

Você pode colaborar com alimentos, produtos de limpeza e brinquedos ou fazer doações em dinheiro.

PREFERE FAZER DOAÇÕES EM PRODUTOS?

As doações deverão ser entregues até o dia 20 de novembro, na Secretaria da ADB, no Anexo I do Itamaraty. Ligue para o número (61) 2030-6950 para obter mais informações.

PREFERE CONTRIBUIR COM DINHEIRO?

Faça sua doação financeira por meio de transferência bancária para a conta da ADB no Banco do Brasil, agência 3600-5 e conta corrente 410.022-0.

Pedimos a gentileza de enviar o comprovante para o e-mail adbsindical@adb.org.br.

As contribuições serão destinadas a Associação DFDown (dfdown.org.br), localizada em Brasília.

ADB

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS

ADB | ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS

ADB SINDICAL

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios - Palácio do Itamaraty | Anexo I, 3º Andar, Sala 329 A, Brasília – Brasil
CEP: 70170–900 | Telefones: (61) 2030-6950 / 3224-8022 | secretaria@adb.org.br | www.adb.org.br